

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE  
CAMPUS FLORESTA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HUMANIDADES E  
LINGUAGENS**

**ÉRITON MAIA DE MACEDO**

**ELEMENTOS E IMAGENS DA VIDA SUBJETIVA NA OBRA *MINIMA MORALIA*, DE THEODOR ADORNO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE HUMANIDADES**

**CRUZEIRO DO SUL – ACRE  
2025**

ÉRITON MAIA DE MACEDO

**ELEMENTOS E IMAGENS DA VIDA SUBJETIVA NA OBRA MINIMA  
MORALIA, DE THEODOR ADORNO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O  
ENSINO DE HUMANIDADES**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens da Universidade Federal do Acre – *Campus Floresta* para a obtenção do título de mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens.

**Orientador:** Prof. Dr. Cleidson de Jesus Rocha

CRUZEIRO DO SUL – ACRE  
2025

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

---

M141e Macedo, Ériton Maia de, 1993 -  
Elementos e imagens da vida subjetiva na obra *Mínima Moralia*, de Theodor Adorno e suas  
implicações para o ensino de humanidades / Ériton Maia de Macedo; orientador: Prof. Dr. Cleidson  
de Jesus Rocha. – 2025.

93 f.: il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós –  
Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens, Cruzeiro do Sul, 2025.

Inclui referências bibliográficas.

1. Subjetividade. 2. Racionalidade instrumental. 3. Educação crítica. I. Rocha, Cleidson de  
Jesus (orientador). II. Título.

CDD: 410

**ELEMENTOS E IMAGENS DA VIDA SUBJETIVA NA OBRA *MINIMA MORALIA*, DE THEODOR ADORNO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO DE HUMANIDADES**

Ériton Maia de Macedo

Dissertação defendida em 27/10/2025 e considerada APROVADA para a obtenção do Título de Mestre em Ensino de Humanidades e Linguagens – Programa de Pós-graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens.

---

Prof. Dr. Cleidson de Jesus Rocha  
Coordenador do Curso

**Banca examinadora:**

---

Prof. Dr. Cleidson de Jesus Rocha  
Orientador e Presidente (PPEHL-Ufac)

---

Prof. Dr. Raimundo Ibernnon Chaves da Silva  
Membro externo (SEE-AC)

---

Profª. Dra. Vera Lúcia de Magalhães Bambirra  
Membro interno (PPEHL-Ufac)

---

Prof. Dr. Manoel Coracy Saboia Dias  
Membro externo (PROFilo-Ufac)

CRUZEIRO DO SUL – ACRE  
2025

Já me chamaram de tudo na vida, mas do que mais gostei foi vovô. Ao meu neto João Gustavo, com carinho.

*“Como a vida muda,  
Como a vida é muda,  
Como a vida é nuda,  
Como a vida é nada,  
Como a vida é tudo...!”*

(Carlos Drummond de Andrade, 2012)

## AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos a muitos, por razões várias...!

À minha família pela compreensão e o apoio incessante;

À turma PPHL 2023 pelo companheirismo e a colaboração mútua;

Aos membros da minha Banca, Prof. Dr. Raimundo Ibernnon Chaves da Silva, Prof. Dr. José Valderi Farias de Souza, Profa, Dra. Vera Lúcia de Magalhaes Bampirra e Prof. Dr. Manoel Coracy Saboia Dias, pelas orientações e sugestões providenciais;

Ao meu orientador Prof. Dr. Cleidson de Jesus Rocha por, em um exercício de Maiêutica, ter conduzido o presente “parto”.

A tantos(as) outros(as) que se sentirão referenciados pela certeza de que estiveram juntos, ainda que distantes.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades e Linguagens, pelo acolhimento e aprendizado;

A secretária do PPEHL, Kelen Cristine, pelas prontas e cordiais orientações e encaminhamentos;

A todos, meus mais sinceros agradecimentos.

## RESUMO

A dissertação analisa a obra *Minima Moralia*, de Theodor W. Adorno (1993), com foco na crise da subjetividade no capitalismo tardio e suas implicações para o ensino. Tem como objetivo geral elucidar os sentidos dos aforismos que tratam da experiência subjetiva na obra *Minima Moralia*, analisando como o autor articula os efeitos da crise da subjetividade à crise nos processos de ensino formal. A pesquisa parte da constatação de que a modernidade ocidental, desde o Iluminismo, privilegiou o método científico e a racionalidade instrumental como caminhos legítimos para o conhecimento. Esse paradigma promoveu a alienação do sujeito, reconfigurando sua relação com o mundo e reduzindo sua autonomia frente aos imperativos do sistema produtivo e da indústria cultural. A dissertação investiga três questões principais: a) como os aforismos de Adorno evidenciam a crise da autonomia do sujeito; b) de que modo a racionalidade técnica afeta a vida cotidiana e impede a construção de posições livres; e c) como os sistemas de ensino refletem e reproduzem essa crise subjetiva. A pesquisa do ponto de vista metodológico adota uma abordagem hermenêutica, priorizando a interpretação crítica dos textos e suas contradições internas. O aporte teórico que dá sustentação ao estudo centra-se em: Rocha (2020); Zuin *et al.* (1997); Pucci (1995) e Duarte (1997). A dissertação propõe que a educação deve ser ressignificada como espaço de resistência e emancipação, orientada por uma racionalidade crítica e dialética. Ao invés de adaptar-se às exigências do sistema, deve promover o pensamento autônomo, a consciência crítica e a possibilidade de transformação social.

**Palavras-chave:** Subjetividade; Racionalidade instrumental; Educação crítica.

## ABSTRACT

The dissertation analyzes the work *Minima Moralia* by Theodor W. Adorno (1993), focusing on the crisis of subjectivity in late capitalism and its implications for education. Its general objective is to elucidate the meanings of the aphorisms that address subjective experience in the work *Minima Moralia*, analyzing how the author articulates the effects of the crisis of subjectivity with the crisis in formal teaching processes. The research starts from the observation that Western modernity, since the Enlightenment, has privileged the scientific method and instrumental rationality as legitimate paths to knowledge. This paradigm has promoted the alienation of the subject, reconfiguring its relationship with the world and reducing its autonomy in the face of the imperatives of the productive system and the cultural industry. The dissertation investigates three main questions: a) how Adorno's aphorisms highlight the crisis of the subject's autonomy; b) how technical rationality affects everyday life and hinders the construction of free positions; and c) how education systems reflect and reproduce this subjective crisis. The research adopts a hermeneutic approach, prioritizing the critical interpretation of texts and their internal contradictions. The theoretical framework that underpins the study focuses on: Rocha (2020); Zuin *et al.* (1997); Pucci (1995) and Duarte (1997). The dissertation proposes that education should be redefined as a space of resistance and emancipation, guided by a critical and dialectical rationality. Instead of adapting to the demands of the system, it should promote autonomous thinking, critical consciousness, and the possibility of social transformation.

**Keywords:** Subjectivity; Instrumental rationality; Critical education.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Aforismo 8: “Se os maus te atraem” .....	39
Quadro 2 – Aforismo 4: “Última clareira” .....	40
Quadro 3 – Aforismo 40: “Falar disso sempre, pensar nisso nunca” .....	41
Quadro 4 – Aforismo 13: “Proteção, auxílio e conselho” .....	43
Quadro 5 – Aforismo 21: “Não se aceitam trocas” .....	44
Quadro 6 – Aforismo 19: “Não bater à porta” .....	45
Quadro 7 – Aforismo 22: “A criança com a água do banho” .....	46
Quadro 8 – Aforismo 10: “Separados-unidos” .....	47
Quadro 9 – Aforismo 35: “Retorno à cultura” .....	48
Quadro 10 – Aforismo 36: “A saúde para a morte” .....	49
Quadro 11 – Aforismo 42: “Liberdade de pensamento” .....	50
Quadro 12 – Aforismo 46: “Para uma moralidade do pensamento” .....	50
Quadro 13 – Aforismo 61: “Instância de apelação” .....	52
Quadro 14 – Aforismo 51: “Atrás do espelho” .....	53
Quadro 15 – Aforismo 18: “Asilo para os desabrigados” .....	54
Quadro 16 – Aforismo 39: “O ego é o id” .....	60

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
2 A VIDA SUBJETIVA NA OBRA <i>MINIMA MORALIA</i> , DE THEODOR ADORNO	19
2.1 A modernidade em seu espelho: <i>Minima Moralia</i> e os sintomas do adoecimento do contato .....	28
3 OS AFORISMOS EM <i>MINIMA MORALIA</i> : DIÁLOGOS E FRICÇÕES SOBRE O DESTROÇAMENTO DA SUBJETIVIDADE .....	30
3.1 A vida danificada.....	36
3.2 Coisificação na sociedade administrada e fragmentação da experiência.....	37
3.3 Crítica à cultura de massa: arte como mercadoria e a perpetuação da alienação...	42
3.4 A busca por autonomia e reflexão crítica: negatividade, resistência e emancipação em Adorno.....	47
3.5 A dissolução da subjetividade no mundo contemporâneo e as manifestações da dependência do indivíduo em relação à sociedade .....	56
3.6 Impacto da objetificação do homem no capitalismo avançado, elucidando seus efeitos no plano pessoal e social .....	63
3.7 Teoria crítica “ <i>versus</i> ” pensamento decolonial: crítica aos fundamentos da modernidade ocidental .....	69
4 EDUCAÇÃO PARA QUÊ? REFLEXOS DA DESSUBJETIVAÇÃO DO SUJEITO NA ESFERA EDUCATIVA .....	72
4.1 A condição do indivíduo no mundo contemporâneo: reflexos no ensino de humanidades.....	74
4.2 Fenômenos educacionais neoliberais: confrontos à luz da Teoria Crítica.....	79
4.3 Movimento “Escola sem partido” como instrumento de controle ideológico e a <i>homeschooling</i> como expressão do individualismo pedagógico .....	81
4.4 Consequências estruturais e possibilidades de resistência.....	83
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	88

## 1 INTRODUÇÃO

A modernidade ocidental, desde o Iluminismo, estruturou-se sobre um modelo de conhecimento que privilegia o método científico como único caminho válido para alcançar a verdade. Essa orientação, que se firmou como paradigma, deslocou o foco dos fins, os propósitos últimos da existência humana e do conhecimento, para os meios, para as técnicas e procedimentos instrumentais. Tal deslocamento não é neutro, pois implica uma reconfiguração radical da relação entre sujeito e objeto, identificando-os como elementos unificados no ato cognitivo, de modo que o conhecimento passa a pretender ser a reprodução exata e objetiva do real. Contudo, essa mesma estrutura epistemológica que prometia emancipação também engendrou a anulação do pensamento negativo, que consiste em uma reflexão crítica, dialética, capaz de questionar e desconstruir as totalizações e os pressupostos do saber. Com isso, inaugurou-se uma fase histórica marcada pela dissolução do sujeito, cujo ser autônomo se vê corroído pelas demandas e contradições de um sistema social dominado pela racionalidade instrumental fruto do capitalismo avançado. Embora o sujeito continue a crer em sua autonomia, ele já não é mais “em si”, e nem “para si”, encontrando-se em um estado de alienação e uma consequente desarticulação da sua essência.

A docência de disciplinas teóricas, como a filosofia, a sociologia e outras de natureza argumentativa, exige certas habilidades que muitos alunos não dispõem, em razão da alteração de suas práticas sociais, que se voltam para o consumo de dados que circulam por via eletrônica, especialmente por meio de dispositivos tecnológicos de informação e comunicação. Por estes veículos circula uma gama de dados, atraentes e amplamente sedutores, que passam a compor o horizonte cultural dos estudantes, levando-os a dispensarem outros saberes, principalmente aqueles que exigem capacidade crítica e criativa, para seu adensamento.

As experiências de formação, docência e administração de sistemas de ensino – vivenciadas ao longo de uma carreira como profissional do ensino, desde o final dos anos de 1980 – permitem-nos afirmar que grande parte dos problemas escolares decorrem da

inaptidão para os estudos sistemáticos, especialmente aqueles de natureza acadêmica, que se dão por métodos e procedimentos teóricos próprios.

Em razão dessas disposições, consideramos importante mapear os traços culturais que formam as subjetividades dos indivíduos, no mundo de farta produção do conhecimento e de distribuição veloz desse conjunto de informações. Dessa maneira, compreendemos que, na obra do filósofo frankfurtiano Theodor Adorno, é possível encontrar um diagnóstico do capitalismo avançado, com suas marcas mais prementes, como a segregação da subjetividade e das realidades psíquicas dos indivíduos.

Assim sendo, propomos uma leitura/mapeamento e análise crítica da obra *Minima Moralia* (Adorno, 1993) para trazer à luz as imagens teóricas que o autor formula sobre a subjetividade nos tempos atuais. Esta pesquisa nos permite entender a ameaça à autonomia, e, assim, servirá para compreendermos as práticas sociais dos estudantes em relação ao desapego ao conhecimento teórico e crítico. Por outro lado, sempre vale a pena ater-nos a um autor que, embora não tenha formulado uma obra propriamente pedagógica, dedicou-se firmemente ao debate sobre a vida social em seu mais amplo espectro, tendo, na última década de sua vida, enriquecido a discussão sobre os fins e objetivos da educação (Adorno, 2020).

As tratativas da Escola de Frankfurt sobre o anacronismo da condição do sujeito contemporâneo não são coerentes em sua abordagem, pois não existe uma linha clara a partir da qual os autores vinculados a essa Escola se posicionem na defesa da autonomia do sujeito moderno. Contudo, é possível falar-se de uma certa indignação desses intelectuais “com os obstáculos à realização da possibilidade de felicidade genuína para todos” (Estevez, 2023, p. 191). Martin Jay, em entrevista a Estevez (2023), referindo-se à obra dos frankfurtianos, considera que o grupo mantinha um interesse perene pelas críticas aos fracassos da razão ocidental no cumprimento das promessas iluministas. Para o autor, os intelectuais de Frankfurt não eram figuras desinteressadas, mas, ao contrário, eram guiados por um projeto de exposição sistemático das razões do declínio da emancipação e da liberdade.

Esse quadro nos permite a construção de uma hipótese que norteia a investigação de que, em *Minima Moralia*, Adorno (1993) complementa seu diagnóstico sobre a

dissolução da autonomia dos sujeitos, presente na *Dialética do Esclarecimento* (Adorno; Horkheimer, 1985), refletindo sobre os elementos que demonstram o comprometimento da posição autônoma do indivíduo. Assim, nas análises abaixo discutiremos sobre a natureza da obra *Minima Moralia* (Adorno, 1993) e suas marcas mais conhecidas, enquanto parte do mesmo projeto que deu causa à *Dialética do esclarecimento* (Adorno; Horkheimer, 1985), obra que tinha por objetivo investigar por que a humanidade, apesar dos avanços científicos e técnicos, regrediu ao ponto de suas práticas sociais não corresponderem ao progresso alcançado na esfera técnica.

Em relação aos aspectos metodológicos, a pesquisa adota uma metodologia qualitativa, com viés bibliográfico. Nessa perspectiva, o estudo se organizou a partir da leitura e fichamento sistemáticos da obra *Minima Moralia* (Adorno, 1993) e comentadores conceituados, leitores de Adorno e da perspectiva frankfurtiana. Entre estes autores se destacam: Rocha (2020), Zuin *et al.* (1997), Pucci (1995), Duarte (1997), Jay (2008) e Estevez (2023). Complementarmente, utilizaremos outras obras de Adorno, como: *Educação e emancipação* (Adorno, 2020) – com o objetivo de compreender a maneira pela qual a educação pode contribuir para a formação da autonomia e da emancipação – e *Dialética do esclarecimento* (Adorno; Horkheimer, 1985), que, fazendo par com a *Minima Moralia*, elabora a crítica ao desenvolvimento da racionalidade moderna, constatando que mesmo com todo o avanço científico e evolução das técnicas, ao invés de caminhar no sentido da emancipação social, a humanidade se torna cada vez mais submissa e sem perspectivas históricas que acenem com um futuro seguro e feliz. Do interior destas obras, buscamos os indícios do sequestro da subjetividade no capitalismo avançado.

É nesse quadro que se insere a obra *Minima Moralia*, de Theodor Adorno, publicada em 1951 e traduzida para o português e publicada no Brasil, pela editora Ática, em 1993. Adorno foi um filósofo e sociólogo alemão, considerado um dos principais representantes da Escola de Frankfurt e da filosofia crítica. A obra acima mencionada foi concebida na forma de fragmentos e aforismos, e busca dar conta, justamente, da experiência paradoxal do sujeito em um mundo em que as formas tradicionais da vida social, cultural e ética foram corroídas pelas dinâmicas do capitalismo tardio e da

racionalidade instrumental. Nela, Adorno (1993) aponta o anacronismo da abordagem subjetiva, na medida em que, mesmo quando procura distanciar-se do objetivismo científico, ela ainda se vê confrontada com a tarefa quase insolúvel de transformar a experiência subjetiva em conhecimento válido. A experiência vivida imersa na “arbitrariedade silenciosa” da vida privada e do consumo é, para o autor, o espaço em que a existência individual se reduz a uma manifestação direta das forças e mecanismos do sistema produtivo, transformando o sujeito em um ser degradado e alienado.

Diante desse quadro, tão sobejamente tratado pelos teóricos críticos, sobra um conjunto de indagações a quem pretende compreender os efeitos da racionalidade técnica e do sequestro da subjetividade nos processos de ensino e aprendizagem, no ensino formal. Assim, na vereda da construção do trabalho dissertativo, obrigatório no Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens, partimos da seguinte indagação, como problema de pesquisa: quais as principais marcas da crise da subjetividade apresentadas por Theodor Adorno, nos aforismos de *Minima Moralia*?

Partimos da ideia de que as manifestações de Adorno (1993) sobre a crise de autonomia do sujeito, presentes em alguns dos 153 aforismos da obra *Minima Moralia*, podem servir à reflexão sobre o delineamento da situação pedagógica enfrentada pelo sistema formal de ensino. Esse sistema não será escalonado em nossa pesquisa, em termos de etapas, níveis ou séries, pois compreendemos que se há consequências do cruzamento da cultura com a educação, estas marcas perpassam diferentes níveis e modalidades no ensino formal. Assim, trazemos como questão de estudo: a) De que maneira a vida cotidiana é afetada pela racionalidade técnica, instaurando no indivíduo uma incapacidade generalizada de construir/assumir posições livres e autônomas? b) Quais os principais trechos de *Minima Moralia* que destacam e põem em questão a crise da autonomia do sujeito no capitalismo tardio? c) Como os sistemas de ensino lidam com os efeitos da crise da subjetividade nos processos formais de educação?

O presente estudo, inscrito na linha de pesquisa Ensino, Humanidades, Processos Educativos e Culturas do Mestrado em Ensino de Humanidades e Linguagens, da Universidade Federal do Acre, tem como **objetivo geral** elucidar os sentidos dos aforismos que tratam da experiência subjetiva na obra *Minima Moralia*, de Theodor

Adorno, analisando como o autor articula os efeitos da crise da subjetividade nos processos de ensino formal. Os **objetivos específicos** se organizam a partir das questões de estudo, assim postas: a) delinear os principais trechos de *Minima Moralia* que destacam e põem em questão a crise da autonomia do sujeito no capitalismo tardio; b) demonstrar, a partir dos aforismos, de que maneira a vida cotidiana é afetada pela racionalidade técnica, instaurando uma incapacidade generalizada de construir/assumir posições livres e autônomas; c) analisar como os sistemas de ensino lidam com os efeitos da crise da subjetividade nos processos formais de educação.

A crescente dificuldade dos estudantes em desenvolver práticas sistemáticas e críticas de estudo tem sido observada pelos professores e profissionais do ensino. Esse fenômeno está intimamente relacionado à transformação da formação cultural em semiformação. Adorno (2005) argumenta que tal fenômeno é a forma predominante de formação na sociedade capitalista contemporânea, caracterizada pela adaptação superficial do sujeito às exigências do sistema, sem uma compreensão crítica das contradições sociais subjacentes.

A onipresença dos dispositivos digitais e o consumo massivo de dados sedutores contribuem para a superficialidade do conhecimento adquirido pelos estudantes. Adorno e Horkheimer (1985) observam que a indústria cultural, ao produzir bens culturais padronizados e massificados, não apenas molda os gostos e comportamentos, mas também coloniza a subjetividade humana, limitando a capacidade crítica e reflexiva dos estudantes e dos sujeitos em geral.

Esse cenário resulta na formação de sujeitos semiformados, incapazes de apropriarem-se do conhecimento teórico e crítico, o que compromete a atuação tanto na vida acadêmica quanto na social. A educação, para Adorno (2020), deve ser uma prática crítica e dialética, que vá além da adaptação ao sistema e promova a emancipação dos indivíduos.

Portanto, a análise da obra de Adorno (1993) oferece subsídios teóricos para compreender as causas dessa realidade e refletir sobre estratégias educativas que enfrentem essas transformações. É necessário repensar as práticas pedagógicas,

incorporando abordagens que promovam a reflexão crítica, a autonomia intelectual e a resistência à superficialidade imposta pela indústria cultural.

Esta pesquisa adota uma abordagem metodológica qualitativa, fundamentada na prática hermenêutica. A hermenêutica, enquanto método interpretativo, permite uma compreensão profunda dos textos, considerando o movimento interno dos argumentos e a historicidade de sua produção. Adorno (1993) destaca que a interpretação deve acolher a “não-identidade” entre conceito e objeto, evitando a redução do concreto à abstração, e reconhecendo as tensões e contradições presentes na realidade social.

A investigação foi conduzida por meio de uma revisão crítica da bibliografia primária de Adorno (1993; 1995; 2005; 2009; 2020), com ênfase na obra *Minima Moralia*, e da literatura secundária que aborda as categorias adornianas de subjetividade, reificação, racionalidade instrumental, cultura e semiformação, pautando-se em autores como Rocha (2020); Zuin *et al.* (1997); Pucci (1995), Duarte (1997), entre outros. A análise interpretativa dos fragmentos de *Minima Moralia* se realiza em diálogo com o contexto histórico, filosófico e social que as permeia, buscando reconstruir as imagens e diagnósticos sobre a condição humana no capitalismo avançado, a partir dos fragmentos dos aforismos constantes na obra.

Essa abordagem metodológica visa não apenas compreender as ideias de Adorno, mas também aplicar sua crítica à realidade contemporânea, especialmente no campo da educação. Ao focar nas contradições e limitações da formação cultural na sociedade atual, a pesquisa busca contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam uma formação crítica e emancipatória, alinhada aos princípios da teoria crítica adorniana.

Nesse contexto, a educação deve ser repensada como um espaço de resistência e emancipação, capaz de promover a autonomia intelectual e a reflexão crítica. Adorno (2020) propõe uma educação que não se limita à transmissão de conteúdos, mas que busca despertar nos indivíduos a consciência de sua condição social e a capacidade de questionar e transformar a realidade. Essa perspectiva exige uma abordagem pedagógica que valorize a subjetividade, a individualidade e a capacidade de pensar de forma independente, desafiando as normas e valores impostos pelo sistema dominante.

Portanto, ao revisitar a obra de Adorno (1993), esta dissertação busca não apenas compreender as raízes das crises subjetivas e culturais atuais, mas também apontar para possibilidades de transformação. A crítica adorniana oferece subsídios teóricos para repensar as práticas educacionais e culturais, visando a formação de sujeitos críticos e emancipados, capazes de atuar de forma autônoma e reflexiva na sociedade contemporânea.

Este trabalho está estruturado em cinco sessões principais – sendo esta **Introdução** a primeira –, cada uma abordando aspectos centrais da crítica de Adorno à modernidade e suas implicações para a subjetividade, a cultura e a educação.

A segunda sessão intitula-se **A vida subjetiva na obra *Minima Moralia*, de Theodor Adorno** e discute os sintomas do adoecimento do contato, refletindo sobre os elementos que demonstram o comprometimento da posição autônoma do indivíduo. Assim a sessão discute sobre a natureza da obra *Minima Moralia* (Adorno, 1993) e suas marcas mais conhecidas, enquanto parte do mesmo projeto que deu causa à *Dialética do Esclarecimento* (Adorno; Horkheimer, 1985), que é investigar por que a humanidade, apesar dos avanços científicos e técnicos, regrediu ao ponto de suas práticas sociais não corresponderem ao progresso alcançado na esfera técnica.

A terceira sessão, que tem por título **Os aforismos em *Minima Moralia*: diálogos e fricções sobre o destroçamento da subjetividade**, destaca os elementos e imagens relativos à experiência subjetiva na primeira parte da obra *Minima Moralia* (Adorno, 1993), focando nos fragmentos que põem em questão a dissolução da subjetividade no mundo contemporâneo, e identifica os hábitos que sustentavam a experiência social e as formas culturais no capitalismo avançado.

Na quarta sessão, intitulada **Educação para quê? Reflexos da dessubjetivação do sujeito na esfera educativa**, analisa-se como os sistemas de ensino lidam com os efeitos da crise da subjetividade nos processos formais de educação, apontando os prejuízos educacionais e humanos decorrentes da condição coisificada na qual se encontram os atores que fazem a cena pedagógica.

Na **Conclusão**, quinta e última sessão, sintetizam-se os principais achados da pesquisa, destacando como a crítica de Adorno e Horkheimer (1985) à razão instrumental,

à indústria cultural e à semi-formação oferece uma compreensão profunda das condições que limitam a subjetividade e a experiência autêntica na sociedade contemporânea. Aponta-se também para direções futuras de pesquisa que possam desenvolver estratégias educativas capazes de promover uma formação crítica e emancipatória, alinhada aos princípios da teoria crítica adorniana.

## 2 A VIDA SUBJETIVA NA OBRA *MINIMA MORALIA*, DE THEODOR ADORNO

O posicionamento de Theodor Adorno inscreve-se na tradição que ficou conhecida como teoria crítica, performada com mais ênfase na Escola de Frankfurt. O principal objetivo declarado pelos intelectuais que compõem esta tradição é produzir um diagnóstico sobre as razões da continuidade e vigor do capitalismo, mesmo diante de suas inúmeras contradições. O capitalismo, no início do século XX, já tinha a seu favor uma gama de recursos técnicos, capazes de impulsionar o que o mercado considerava como progresso. Esse aparato técnico-científico passa, assim, a operar uma mudança no sistema de dominação dos grupos, migrando da esfera econômica para a esfera cultural, produzindo a dissolução do sujeito, que, afetado pela indústria cultural, deixa de agir em benefício de sua autonomia, sem sequer desconfiar de que a está perdendo.

Esse diagnóstico adorniano está diretamente ligado à crítica da ideologia do progresso que marcou a modernidade ocidental, especialmente aquela expressa na filosofia hegeliana da história. Para Hegel (2011), a história era o processo racional e necessário pelo qual a humanidade marchava em direção à liberdade, culminando na realização do espírito absoluto, iluminado pelo conhecimento, pela razão e pela ciência. Essa narrativa teleológica e otimista sustentou a fé no desenvolvimento histórico, pautado pela crescente autonomia da razão e pelo triunfo da liberdade humana, que eram as principais teses do iluminismo.

No entanto, Adorno e Horkheimer (1985), ao lado de outros pensadores da Escola de Frankfurt, desconstruem essa visão ao revelar as contradições e rebaixamentos do projeto iluminista. Para eles, o desenvolvimento do capitalismo avançado e a ascensão da tecnociência inauguraram uma época em que a ciência e a tecnologia são submetidas a fins pragmáticos e utilitaristas, negando a dimensão crítica e reflexiva do saber, de modo que o conhecimento científico passa a ser visto como completo, ou em vias de total completude, o que traz como consequência a urgência de novos direcionamentos que escapem à lógica do instrumentalismo.

Adorno (1993) evidencia que a colonização tecnológica do mundo da vida, processo pelo qual as relações sociais, perceptivas e cognitivas são dominadas e mediadas

por artefatos técnicos, tem consequências profundas para a subjetividade e a cultura. O sujeito moderno passa a habitar um mundo artificializado, no qual os objetos técnicos ocupam um espaço cada vez maior, afetando e transformando não apenas o meio ambiente, mas também a forma como os seres humanos percebem, compreendem e se relacionam com o mundo.

Paralelamente, o acesso massivo e instantâneo a dados por meio de tecnologias digitais cria um ambiente saturado de informações, que paradoxalmente resulta em um conhecimento fragmentado, provisório e superficial. Tal situação dá lugar a uma experiência cognitiva que Adorno (2020) chama de “semi-formação socializada”, na qual os indivíduos são privados da possibilidade de desenvolver um conhecimento crítico e sistemático, enfraquecendo sua autonomia intelectual e cultural. Isso implica não apenas um empobrecimento cultural, mas também um comprometimento da subjetividade, que passa a ser moldada e controlada pela indústria cultural, por meio da reprodução padronizada de desejos, afetos, gostos e comportamentos.

A racionalidade instrumental, conceito central na crítica da Escola de Frankfurt, refere-se à forma de razão que prioriza a eficiência dos meios em detrimento da reflexão sobre os fins. Essa perspectiva é aprofundada na obra inaugural dos dois autores frankfurtianos, Adorno e Horkheimer (1985), que argumentam que a razão, ao se tornar instrumento de dominação, contribui para a reificação do mundo e a alienação do sujeito. Os autores afirmam que o avanço do saber representa também o avanço do controle sobre a realidade, e o Iluminismo marca a transição das explicações míticas para uma racionalidade crítica e esclarecida, mas alertam que essa razão, ao se tornar cega para seus próprios limites, perde sua capacidade emancipatória.

Jürgen Habermas (2012), autor frankfurtiano da segunda geração da Teoria Crítica, propõe uma alternativa à racionalidade instrumental por meio da racionalidade comunicativa. Ele argumenta que a emancipação humana requer um modelo de racionalidade baseado no diálogo e na intersubjetividade, em que os indivíduos possam deliberar coletivamente sobre os fins da ação social. Habermas (2012) critica a colonização do “mundo da vida” pelo sistema e defende a importância de uma esfera pública autêntica para a realização da democracia, abrindo espaço para outras formas exteriores de análise como a decolonialidade.

Como consequência dos desdobramentos da teoria crítica, o pensamento decolonial questiona a hegemonia do conhecimento ocidental e propõe a valorização de epistemologias alternativas. Autores decoloniais como Santos e Mendes (2018) e Walsh (2013) argumentam que a imposição do modelo científico ocidental marginaliza outras formas de saber e perpetua relações de poder coloniais. A decolonialidade busca, portanto, descentrar o eurocentrismo e promover a pluralidade epistemológica. Rocha, Batista e Oliveira (2023) refletem sobre os desenvolvimentos da Teoria Crítica posta em questão pela Escola de Frankfurt, argumentando que seus desdobramentos alcançam, atualmente, a ecologia dos saberes e a pedagogia decolonial.<sup>1</sup>

O artigo intitulado *Horizonte dialético da teoria crítica: da sua gênese às diferentes vozes que amplificam sua potência rumo a uma ciência decolonial*, de Rocha, Batista e Oliveira (2023) busca apresentar a influência da Teoria Crítica em alguns autores vinculados ao movimento decolonial, que seguem questionando a posição de uma ciência pretensamente hegemônica em seus métodos e fins, e exigem novas atitudes e ações articuladas com a ciência comprometida com o processo de decolonização do pensamento e dos corpos. O trabalho se apoia na pesquisa bibliográfica de autores como Horkheimer (1990), Adorno e Horkheimer (1985), Santos e Mendes (2018), Walsh (2013) e Fleck (2013), demonstrando o lastro do pensamento crítico que, partindo da tradição frankfurtiana, ganha novos contornos com base emancipatória a partir da inserção dos debates decoloniais, que, no limite, visam construir condições de possibilidades de uma nova postura frente a ciência e aos grupos historicamente silenciados.

Em suma, a tradição da escola de Frankfurt, em suas diferentes fases, somando-se ao pensamento decolonial, demonstra que a modernidade ocidental, ao privilegiar a racionalidade instrumental e o método científico, contribuiu para a alienação do sujeito e a reificação do mundo. As críticas de Adorno (1993; 1995), Horkheimer (1990), Habermas (2012) e os pensadores decoloniais, como Boaventura de Souza Santos e

---

<sup>1</sup> Na sessão **3.7 Teoria crítica “versus” pensamento decolonial: crítica aos fundamentos da modernidade ocidental** apresentamos as aproximações entre a teoria crítica da escola de Frankfurt e o pensamento decolonial.

Mendes (2018) oferecem perspectivas valiosas para se possa repensar os fundamentos do conhecimento e promover uma racionalidade mais reflexiva e emancipatória.

O gênero textual utilizado por Adorno (1993) na *Minima Moralia* foi o aforismo, que se caracteriza como um texto curto e impactante que expressa uma verdade, princípio ou reflexão de forma concisa e provocativa. Ele coloca em fricção literatura com filosofia e costuma carregar um valor moral ou prático. Na obra em estudo o aforismo manifesta-se mais do que como um texto curto – é uma forma filosófica de resistência, utilizada por Adorno em meio ao exílio durante a Segunda Guerra Mundial, como uma maneira de expressar pensamentos profundos e críticos sobre a sociedade, cultura e existência. Os aforismos dramatizam a ruína da subjetividade sob o capitalismo tardio: ao contrário de uma “doutrina da vida correta”, os fragmentos mostram que, na etapa do capitalismo avançado, portanto “sob as condições presentes”, nenhuma vida boa é possível, pois a interioridade já se encontra saturada pelos imperativos da produção e do consumo.

Na obra em análise, Adorno (1993) utiliza o aforismo como forma de expressão para criticar a alienação e a superficialidade da vida moderna, caracterizada pela semiformação socializada, conceito que descreve a formação cultural superficial imposta pela indústria cultural. Essa escolha estilística reflete a impossibilidade de sistematizar os conflitos da modernidade e enfatiza a natureza fragmentada da experiência subjetiva diante da realidade social.

A falência da vida boa é descrita por Adorno (1993, p. 8) como “experiência danificada”, que se projeta diretamente sobre o sujeito que, mesmo refugiado na esfera privada, percebe cada gesto íntimo como prolongamento das dinâmicas mercantis, de modo que o lar, os presentes e até o afeto convertem-se em epifenômenos da mercadoria. Essa crítica repousa na tese, desenvolvida em *Dialética do Esclarecimento* (Adorno; Horkheimer, 1985), de que o Iluminismo, ao absolutizar o método científico, transformou a razão em aparelho de dominação e bloqueou o pensamento negativo, ao mesmo tempo em que reforçou a racionalidade instrumental como critério de legitimação social.

Adorno e Horkheimer (1985) demonstram que o Iluminismo, ao transformar a razão em mera técnica de dominação, converteu a promessa libertadora da ciência em instrumento de controle social. Para eles, “no trajeto para a ciência moderna, os homens

renunciaram ao sentido e substituíram o conceito pela fórmula, a causa pela regra e pela probabilidade” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 21), tese que inverte a teleologia otimista hegeliana ao evidenciar o custo humano do suposto progresso. Trata-se de uma inversão dos paradigmas positivistas, que enxergavam a ciência como chave para a resolução dos grandes problemas humanos, entre eles o da questão da autonomia dos indivíduos. Contudo, embora a ciência tenha alcançado os mais altos píncaros na sua ambição de revelar os segredos do universo, fez isso vinculada aos interesses de uma sociedade que em tudo vê chance de lucro e de dominação.

A perspectiva crítica da racionalidade, realizada por Adorno e Horkheimer (1985), ganha novas cores na micrologia dos afetos cotidianos, presentes na *Minima Moralia* (Adorno, 1993), que evidencia como cada gesto privado está imerso na lógica de troca. A obra mostra que a emancipação não pode surgir de reformas parciais, mas exige reconfiguração estrutural capaz de restituir à razão sua dimensão dialética, aquela que mantém viva a promessa de uma realidade não dominada pelo valor de troca. Enquanto essa transformação não ocorre, o sujeito moderno persiste como figura paradoxal: crê-se autônomo, mas é, na prática, efeito residual de forças que moldam até seus mais íntimos desejos.

Adorno (2020) observa que a sociedade contemporânea, dominada pela indústria cultural, transforma a formação cultural em semiformação, caracterizada por um conhecimento superficial e adaptado às exigências do mercado. O conceito de semiformação aparece na última fase da produção de Adorno, quando este retorna dos Estados Unidos e, de volta à Alemanha, prossegue sua análise sobre os efeitos do capitalismo tardio sobre a vida cultural dos indivíduos. Em uma série de palestras proferidas a convite de instituições educativas e sociais, Adorno (2020) discute o clima cultural de seu tempo, buscando identificar estratégias pedagógicas capazes de evitarem os horrores do holocausto, garantindo que a barbárie ali contida não volte a acontecer.

Com essa intenção, Adorno (2020) não se volta para análises pedagógicas, vinculadas estritamente ao chão da escola, mas para o entorno dos sistemas educacionais, ou seja, para a cena extrapedagógica. Para ele, examinar o contexto cultural que interfere nos processos educacionais é um problema com o qual a Pedagogia não deveria deixar de

se ocupar diretamente, ainda que este não seja o seu objeto específico. Nesse contexto, entretanto, ele passa a sê-lo, sob pena de ela própria tratar as questões da formação como uma categoria definida *a priori* e, neste âmbito, ignorar o ambiente externo, reforçando, deste modo, a formação de indivíduos semicultos, quando todos os seus esforços deveriam estar voltados para o horizonte da formação cultural.

Na introdução de *Teoria da semicultura*, Adorno (2005, p. 14) delimita o seu entendimento sobre o que seria o resultado de um processo de semiformação, definindo-o como “uma espécie de espírito objetivo negativo” que se caracterizaria na “onipresença do espírito alienado” e numa “consciência que renunciou à autodeterminação e que, portanto, prende-se, de maneira obstinada, a elementos culturais aprovados”, que está muito mais orientado para a continuidade da barbárie que o seu contrário. Ele afirma que a semiformação é uma “formação definida a priori” que se tornou a forma dominante da consciência, adaptando os indivíduos à realidade cultural vigente e capitalista da indústria cultural. Essa transformação resulta na perda de uma experiência cultural autêntica e na alienação do sujeito moderno.

A crítica de Adorno (2020) à semiformação tem suas bases na percepção de que mesmo a ciência, com seu afã de progredir em atenção às demandas sociais, acabou se transformando em fórmulas, adotadas como válidas, em detrimento de outras experiências do pensamento. Assim, a organização da divulgação científica se dá por meio de gêneros e estilos predefinidos, gêneros estes que prezam pela neutralidade, objetividade e rigor da ciência, como é o caso das dissertações, artigos, teses e outras formas canônicas de comunicação científica. Optar em *Minima Moralia* (Adorno, 1993) pelo aforismo reflete sua intenção de criar uma forma de expressão que se oponha à totalização e à sistematização da filosofia tradicional. Segundo Caio Marin Lee (2019), Adorno almejava a produção de uma experiência de leitura cuja estrutura estivesse em tensão concreta com a forma socialmente predominante, sendo capaz de superar suas limitações e violências. Essa abordagem fragmentada e dialética busca refletir a complexidade e as contradições da experiência subjetiva na sociedade moderna.

Mariana Carpi Nejar (2023, p. 27), menciona que “estudos recentes apontam que o Aforismo é um gênero literário ainda pouco divulgado e estudado no Brasil”. Já James

Geary (2007), em sua obra *O mundo em uma frase: uma breve história do aforismo*, discorre sobre as origens do aforismo, demonstrando que estas remontam ao segundo e terceiro milênios a.C., quando circulavam afirmações proféticas e concisas que prescreviam o comportamento e davam conselhos morais, práticos e espirituais. Para o autor, os primeiros aforismos podem ser considerados como “obras de sabedoria” (Geary, 2007, p. 4). Como no mundo antigo a oralidade predominava, os livros eram raros, e a leitura uma atividade exclusiva das elites, os aforismos se popularizaram por sua brevidade e agudeza, que os tornavam fáceis de memorizar.

Fabrizio Carpinejar (2023), escritor gaúcho e aforista autodeclarado, define aforismo da seguinte maneira:

Aforismo é um pensamento-centauro. Você conversa com o senso comum sempre trazendo uma diferença a mais. No Rio Grande do Sul, é bravata. É uma torção de raciocínio. Você rouba a resposta do outro a partir de um desconcerto, de um assombro, de uma síntese filosófica, de um axioma. É a arte de ganhar uma discussão. Schopenhauer já escreveu sobre isso. Aforismos são tiros curtos, feitos para impressionar, impactar, fazer pensar.

Na obra *Minima Moralia*, Adorno (1993) oferece uma crítica profunda à alienação e à superficialidade da vida moderna, utilizando o aforismo como forma de expressão para destacar a fragmentação da experiência subjetiva. Essa escolha estilística e conceitual reflete a impossibilidade de sistematizar os conflitos da modernidade e enfatiza a necessidade de uma reflexão crítica sobre os processos de formação cultural na sociedade contemporânea. Por sobre as diferentes perspectivas críticas que se propõem analisar a modernidade e a ciência que lhe dá forma, a noção de dialética negativa, elaborada por Adorno em 1966, e publicada no Brasil no ano de 2009, aprofunda tal ruptura ao recusar qualquer síntese reconciliadora e insistir na não-identidade entre conceito e objeto, desmontando a confiança absoluta na unificação racional da experiência (Adorno, 2009). Nesse enlace, a racionalidade técnico-científica passa a ser identificada por Adorno e Horkheimer (1985) como matriz de novas formas de dominação apoiadas na abundância e no consumo – características do capitalismo tardio.

Essa dinâmica é reforçada pela tecnociência contemporânea, na qual ciência e tecnologia se subordinam a fins pragmáticos e utilitaristas, neutralizando o impulso crítico do saber; a Teoria Crítica descreve tal movimento como triunfo da razão instrumental<sup>2</sup> (Horkheimer, 1990), voltada apenas à eficácia e à reprodução do sistema. Embora a crítica adorniana à cultura e seus efeitos tenha impactado a epistemologia filosófica, como diz Rocha (2020), como uma “pedra que caiu no rio”, a perspectiva frankfurtiana incluía outros autores, como Benjamin (1987), Marcuse (1982), Horkheimer (1990), que apontavam a racionalidade técnica como responsável pela instauração de processos técnicos e burocráticos que esvaziam qualquer horizonte de sentido, submetendo o indivíduo a uma lógica de cálculo que ele já não controla.

Lukács (2003), por sua vez, descreveu o efeito social disso como reificação: quando as relações humanas se petrificam em coisas, a consciência perde a capacidade de captar a totalidade e transforma-se em mera contemplação passiva de objetos autonomizados. Nesse cenário, Adorno (1993) radicaliza a análise ao mostrar que o próprio sentimento privado já é objeto, de tal modo que o sujeito subsiste apenas como unidade estatística num conjunto de processos que o excedem.

Nos anos 1960, Marcuse diagnosticou a mesma redução do horizonte crítico na figura do homem unidimensional, ao demonstrar como a satisfação de necessidades fabricadas neutraliza a negatividade dialética e integra os indivíduos ao sistema por meio de um consumo que promete liberdade enquanto reproduz servidão (Marcuse, 1982).

A mesma lógica de fluidificação e obsolescência permanente é tematizada por Bauman (2000), para quem a modernidade líquida dissolve compromissos duradouros e converte a identidade em projeto provisório, reforçando o ciclo de ansiedade que sustenta o mercado.

---

<sup>2</sup> A razão instrumental é um conceito da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, que descreve um tipo de racionalidade focada na eficiência e eficácia para alcançar fins ou objetivos específicos, tratando os indivíduos e a natureza como meios para um propósito. Caracteriza-se pela busca de controle e dominação, priorizando os resultados em detrimento de uma reflexão ética ou dos valores humanos. Essa forma de pensar é associada à lógica do mercado e à maximização de lucros, podendo levar à exploração e à alienação. (Rocha; Batista; Oliveira, 2023)

Jameson (1996), por sua vez, identifica nessa dinâmica o sintoma cultural do “capitalismo tardio”: a cultura torna-se mercadoria e a diferença estética é devorada por mecanismos de replicação industrial, de modo que o pós-modernismo funciona como lógica cultural da financeirização global.

Se a racionalidade instrumental coloniza progressivamente a vida cotidiana, Habermas (2012) explica esse fenômeno como invasão sistêmica do mundo da vida pelos imperativos do mercado e da administração burocrática, resultando em alienação comunicativa e perda da autonomia prática dos sujeitos. Habermas (1981) retomará essa problemática indicando que a tecnocracia contemporânea coloniza o “mundo da vida”, convertendo a comunicação em mero procedimento orientado ao êxito, enquanto estudos recentes em educação e política desvelam a sofisticação ideológica de tal processo. Marcuse (1982) já alertara, nos anos 1960, para a absorção das necessidades pela lógica do homem unidimensional, em que ciência e técnica consolidam o conformismo de massa.

Em conjunto, essas leituras evidenciam que a modernidade científica não cumpriu a promessa hegeliana de liberdade: ao contrário, o progresso material transformou-se em regime de gerenciamento total, no qual o conhecimento é apresentado como completo ou próximo da completude, bloqueando alternativas que escapem ao instrumentalismo.

Superar essa aporia exige reabilitar a dimensão crítica da razão – uma racionalidade capaz de manter viva a negatividade dialética, de reconhecer o sofrimento gerado pelo desenvolvimento histórico e de orientar a tecnociência para fins emancipatórios.

Adorno e Horkheimer (1985) observaram que a sociedade contemporânea, marcada pela racionalidade instrumental e pela lógica do consumo, transformou a formação cultural em um processo de adaptação às exigências do sistema capitalista. Eles descreveram essa situação como uma semiformação socializada, em que a formação dos sujeitos se confunde cada vez mais com um adestramento, com uma adaptação aos mecanismos que regulam a produção e que se disseminam para todo o âmbito da vida. Nesse contexto, a cultura deixa de ser um meio de emancipação e se torna um instrumento de conformismo e reprodução das estruturas de poder existentes.

A crítica de Adorno e Horkheimer (1985) à indústria cultural e à semiformação socializada permanece relevante na análise das sociedades contemporâneas, onde as tecnologias digitais e os meios de comunicação de massa continuam a desempenhar um papel central na formação da subjetividade e na construção da realidade social. Suas obras nos desafiam a refletir sobre os processos de socialização e formação cultural, incentivando-nos a buscar formas de resistência e emancipação frente às forças que buscam moldar nossas consciências e comportamentos.

### **2.1 A modernidade em seu espelho: *Minima Moralia* e os sintomas do adoecimento do contato**

Em *Minima Moralia*, Adorno (1993) discute o anacronismo da abordagem subjetiva, que mesmo quando pretende escapar ao objetivismo que pauta o pensamento científico do século XX, ainda assim recai num desafio de enfrentar a necessidade de equilibrar a experiência subjetiva como crítica à ideologia burguesa, já que esta é moldada pela estrutura social e econômica da sociedade capitalista, sendo, portanto, produto da alienação. Para Adorno (1993), a sociedade capitalista cria condições que levam à alienação do indivíduo, tornando a subjetividade uma forma de resistência. As questões que perpassam a *Minima Moralia* em relação à construção de saídas para o sujeito partem da constatação de que este caiu na desatenção intelectual, na “arbitrariedade silenciosa”. Dessa forma, sua existência só é possível no plano privado e na esfera do consumo, ou seja, em sua configuração alienada, determinante da existência individual. O que sobra como vida é manifestado no/pelo sistema de produção: o ser reduzido e degradado.

Essa é a lógica de um processo histórico que se pautou pela ideologia do progresso, nascida com as Luzes, e que teve sua suprema expressão filosófica na concepção de história de Hegel (2012) na medida em que, para este autor, cada acontecimento correspondia a um momento do processo histórico, que levaria a humanidade à felicidade e à liberdade, que um dia triunfaria como espírito absoluto, fazendo reinar a mais avançada das épocas, iluminada pelo conhecimento, pacífica pelas

diretrizes da razão, desenvolvida pelas descobertas da ciência e livre pelo desejo da humanidade.

Os trabalhos de Adorno (1993; 1995; 2020) e Adorno e Horkheimer (1985) sufragaram os sintomas de um novo tempo, uma era de pós-possibilidades. O principal marcador dessa nova sensibilidade origina-se no fato de que o pragmatismo do capitalismo avançado inaugurou a época da tecnociência, que delineia um jeito de ser específico para a sociedade avançada, funcionando como a principal característica da sociedade do conhecimento, para a qual não existem limites possíveis para os desenvolvimentos científicos.

Contudo, embora o conhecimento tenha sido a ferramenta que imprimiu os desenvolvimentos sociais e humanos, delineando as marcas civilizatórias que conhecemos, foi, segundo Adorno e Horkheimer (1985), sob os seus auspícios que a humanidade conheceu novas formas de barbárie e regressão. As razões do sofrimento que não abandona o homem, é que o sujeito moderno, esvaziado de sua condição de “ser em si” e “para si” – em razão da força das determinações empreendidas pela esfera da produção e do consumo – experimenta uma configuração alienada, determinante da existência individual não como ser autônomo e livre, mas dependente e subjugado<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Em seu ensaio histórico e literário *Tudo que é sólido desmancha no ar*, Marshall Berman (1986) investiga o espírito da sociedade moderna e da cultura dos séculos XIX e XX. A obra constitui uma instigante sucessão de leituras originais e reveladoras de autores e suas épocas, a começar pelo Fausto de Goethe, passando pelo Manifesto de Marx e Engels. Berman coloca os autores modernos em debate sobre a fragilidade das estruturas da modernidade. Ele mostra como ideias, instituições e certezas que pareciam firmes e duradouras acabam se dissolvendo diante das transformações sociais, culturais e econômicas. É uma análise profunda da experiência moderna – cheia de contradições, rupturas e reinvenções. (Ridenti, 2012, p. 290)

### 3 OS AFORISMOS EM *MINIMA MORALIA*: DIÁLOGOS E FRICÇÕES SOBRE O DESTROÇAMENTO DA SUBJETIVIDADE

Aqui pretendemos elucidar elementos e imagens relativos à experiência subjetiva na primeira parte da obra *Minima Moralia* (Adorno, 1993), destacando os fragmentos que põem em questão a dissolução da subjetividade no mundo contemporâneo. Outro propósito deste item é identificar aspectos que atestem o enfraquecimento do contato, destacando os hábitos que sustentavam a experiência social e as formas culturais no capitalismo avançado.

A questão da anulação da subjetividade é uma sintomática das formas de organização da produção, impulsionada pela esfera econômica. Para Adorno (1993), trata-se de um quadro definido como pós-existência, que opera na extinção dos vínculos a grupos, na deserção a projetos coletivos. Resta, assim, uma porosidade fluida, onde as pessoas perdem sua individualidade, passando a ser conduzidas como massas, moldadas a partir dos interesses da esfera comercial, ou seja, percebe-se que as relações são pautadas por interesses imediatos, ao invés do cultivo de relações recíprocas de afeto. São, portanto, relações escusas, que jogam por terra as marcas do projeto burguês, que se sustentava a partir da impressão de seus rastros, que demarcava sua passagem pela terra. E assim, para Adorno (1993), inúmeras pessoas fazem sua profissão exatamente daquilo de que decorre a liquidação da mesma profissão. Substitui-se a amabilidade e a doce cordialidade, promotoras de estima e consideração, pela ideia de uma justa ação, ressignificando o sentido de justiça, que passa a ser entendida como capacidade de tudo desculpar e relevar, até mesmo a mais dura infâmia. Esse entrelaçar de comiseração e cinismo provoca a repulsa às emoções, como afetos inoportunos, ou sentimentalismo barato. A consequência mais clara é o afastamento das atividades intelectuais, mergulhando-se numa bestialidade que afasta o pensamento da ocupação com níveis espirituais, perdendo-se o usufruto do pensamento reflexivo (Adorno, 1993). Assim vivendo, as pessoas adulteram o sentido de certas categorias conceituais, como é o caso da justiça, que passa a ser vista como perdão, onde os indivíduos, tocados por essa lógica,

de tudo são capazes, até mesmo de amar. Esse é o ponto alto de um individualismo tardio, que envenena o que porventura ainda restou do indivíduo.

As instituições modernas, mesmo aquelas mais bem alinhadas ao espírito burguês, como a família, se dissolvem, pois, segundo Adorno (1993, p. 17),

tentativas apolíticas de evadir-se da família burguesa só nos levam, no mais das vezes, a nos enredar ainda mais profundamente em suas malhas, e, em certas ocasiões, tudo leva a crer que a malfadada célula da sociedade, a família, seria também a célula protetora da intransigente vontade de uma outra sociedade.

Isso quer dizer que, diante de membros estéreis em potência econômica e social, mergulha-se em uma melancólica putrefação, pois abaixa as armas de luta, principalmente a revolucionária. A dissolução da família, “a mais eficaz instituição burguesa” (Adorno, 1993, p. 17), leva à extinção também da resistência, pois o fim da família paralisa as forças de oposição.

Lançando olhar sobre aspectos da vida prática imediata, Adorno (1993) discute o conjunto dos hábitos que se instauram a partir da subsunção da condição de sujeito. Segundo o referido autor, alguns sintomas dessa nova condição são patentes, como a avareza, tão presente em nossa época. Assumindo essa condição, para alguns, “nada é muito caro quando se trata de si e tudo muito caro quando é para os outros. Ele pensa por equivalências e toda a sua vida privada está submetida à lei de dar sempre menos que o recebido, porém sempre o suficiente para que se receba algo em retorno” (Adorno, 1993, p. 28).

Além dessa tônica da avareza, que estremece laços de cortesia e civilidade, outra marca fundante dos novos tempos “é que nenhum ser humano, sem exceção, é capaz de determinar sua vida num sentido até certo ponto transparente, tal como se dava antigamente na avaliação das relações de mercado. Em princípio, todos são objetos, mesmo os mais poderosos” (Adorno, 1993, p. 31). Isso implica a total perda da autonomia, que, no limite, representava a condição superior dos homens frente à natureza e aos outros animais. Sem destreza para pensar, sem liberdade para agir, os humanos se transformam, eles mesmos, em produtos, entendidos como algo dotado de valor,

mensurado pela capacidade de servir ao sistema econômico, que age sobre todas as coisas, como campo de negócios. Dessa maneira, Adorno (1993) trata a objetividade como traço identificador das relações dos humanos com os outros e com o mundo, torna-se uma ideologia, que tem por objetivo tratar os homens como coisas.

A avareza, praticada como marca das novas identidades, é sentida no fato de pessoas estarem desaprendendo a dar presentes. A este fator some-se a desconfiança de quem dá algo. Dessa forma, no interior das corporações e mesmo na vida privada, para Adorno (1993, p. 35), “já não há mais lugar para a emoção humana, a doação está necessariamente vinculada à humilhação do ato de repartir, de avaliar exatamente, em suma, pelo fato de tratar como um objeto aquele que é presenteado”. Isso tem implicação na estimulação de dar presente, uma vez que grande parte da estimulação em presentear “encontrava sua felicidade na imaginação da felicidade do recebedor” (Adorno, 1993, p. 35).

Deixou-se de pensar no outro como sujeito. Adorno (1993) aponta que vigora, atualmente, um novo acordo sobre o tempo, que tem como traço a marca da irreversibilidade. O passado não volta, nem como ontem, nem como hoje, pois é sepultado na medida em que a força das narrativas está dando sinais de declínio. Muito desse esquecimento do passado relaciona-se com a preferência pelo futuro, como promessa de redenção do sofrimento imposto pelas limitações da vida ordinária, que serão extintas em um futuro gracioso de progresso e realizações. Isso relaciona-se, intimamente, com o mito de que o tempo seja um conceito abstrato, independente da vontade dos homens, que transcorre de forma linear, de um momento primordial, até o progresso absoluto. Contudo, o que se verifica olhando os diferentes momentos da humanidade, é que as condições sociais e econômicas, construídas pela vontade humana, instituem um acordo com determinados grupos, impondo processos de dominação e de exclusão, limitando mobilidade social e tornando estanques os movimentos de ascensão de camadas menos privilegiadas da sociedade.

Esse quadro se avoluma e se cristaliza com a invenção da grande indústria, que mobiliza o tempo de uso dos objetos, conforme sua lógica e preferências. Dessa forma, as pessoas passam a ser, elas próprias, uma espécie de propriedade, podendo ser trocadas.

Quando um produto não recebe a adesão de determinados grupos, é reconfigurado para ser acessado por outros grupos. A mercadoria inclina-se ao consumo, e as pessoas ao descarte total.

No âmbito do mercado, o sistema de funções automatizadas, legado pela revolução industrial, faz com que ninguém se interesse pela satisfação do cliente. Para Adorno (1993), ninguém mais é capaz de ler em seu rosto o que lhe agradaria, pois o garçom não conhece mais os pratos, e se ele próprio sugerisse alguma coisa, teria que estar preparado para censura por ultrapassar o que é de sua competência.

Quanto mais nos aproximamos da esfera da existência imediata, física, tão mais questionável torna-se o progresso, que causa horror a si mesmo, ao buscar reunir, ainda que de um modo apenas simbólico, as funções do trabalho separadas pelo cálculo e desprovidas de sentimento, limitando-se, apenas, aos gestos vazios de afetos e sentimentos, tanto entre os membros das corporações, quanto em relação aos clientes. A superficialidade que se interpõe entre as pessoas toma de conta também dos comportamentos individuais, legando às ruas e passarelas aparências de pessoas aborrecidas, esguias, eretas, esforçando-se por parecer jovem, embora já maduras. Nos restaurantes, por exemplo, a única função dos(as) recepcionistas é zelar para que o cliente ao entrar não escolha sequer, ele mesmo, a mesa, onde se aciona sobre ele e a empresa.

Trata-se de um total entrelaçamento entre progresso e regressão, tomado pela forma das possibilidades técnicas. A mecânica das máquinas, que agem sobre os negócios e interesses, emolduram todas as ocorrências da vida ordinária, extrapolando valores como originalidade e aura, identidade e vontade, reproduzindo até o infinito os fenômenos que dão sentido à nova sensibilidade, e gere ganhos à indústria. Assim, os produtos ganham autonomia frente à negação da emancipação dos sujeitos que se tornam, eles mesmos, objetos descartáveis. Para Adorno e Horkheimer (1985), a identificação a essa lógica do transitório e do descartável faz com que as pessoas se considerem progressistas, e quem assim não se comporta passa por reacionário e provinciano.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Essa passagem do pensamento de Adorno e Horkheimer (1985), ou seja, a crítica à sociedade industrial e à indústria cultural nos remete ao cenário da história recente do Brasil, onde a exaustão política de termos

Do progresso técnico deseja-se vãos abertos, nenhum encalhe, frente ao projeto de produção desenfreada de objetos, sejam eles identificados como mercadoria, como produto cultural ou comportamentais. Assim, o tempo da experiência, da fruição e do gozo estético, do ócio e do afastamento da noção de utilidade, passa a ser visto como incômodo e desnecessário. Por isso, ir atrás dos outros, atropelar-se, fazer filas, tudo isso substitui por toda parte as necessidades de certos modos racionais. A raiva que se tem de uma composição radical, moderna demais, não é muito menor do que a que se nutre em relação a um filme que já está há três meses em cartaz, o qual as pessoas preferem a qualquer preço o mais recente, embora não se diferencie em nada daquele. Trata-se de um frenesi que sustenta o consumismo na sociedade de massa, que a nada pode deixar escapar, na profusão desenfreada de desejos sempre insaciáveis pelo que há de vir.

A produção técnica desenfreada elimina o luxo e instaura o descartável e a cópia como novidade. Dessa forma, nivela o acesso de produtos aos segmentos sociais, sem reserva a privilégios, na promessa de satisfação e possibilidade de satisfação e gozo. A felicidade prende-se, assim, ao não-tangível, ao que é disponível. A humanidade se desobriga de qualquer esforço de argumentação formal, pois antes disso vigora a felicidade do acesso aos produtos da vitrine e da moda do *prêt-à-porter*. O caráter fetichista, que denota a utopia do qualitativo, perde lugar para o descartável-acessível. Aquilo que, graças à sua diferença e unicidade, gera destaque e posição superior, fica restrito a camadas exclusivas, enquanto um reino do acesso anima as massas.

Esse lugar marginal que a razão passa a ocupar na modernidade é a questão central que envolve a *Dialética do esclarecimento* (Adorno; Horkheimer, 1985). O esclarecimento é tão racional quanto irracional. Em sua função mais nobre, questiona e torna consciente a idolatria. Em sua outra face, volta-se contra seu próprio objetivo, perdendo seu campo de justificativas, plainando na esfera das ideologias e manipulações, sem distinguir intenção alguma.

A postura gerada pela ideologia imperante gera comportamentos como os descritos no Novo Testamento: “Quem não está comigo, está contra mim”. Essa é a

---

como “liberdade”, “liberdade de expressão”, “direitos humanos” etc. conduzem a polarizações até então insanáveis.

postura dos antissemitas, como os fascistas, por exemplo, para quem “os judeus não são uma minoria, mas a anti-raça, o princípio negativo enquanto tal; de sua exterminação dependeria a felicidade do mundo” (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 157). A partir do momento em que o mundo reduziu os homens ao silêncio, aquele de quem não se pode falar passa a ter razão. Ou seja, a universalização de posições herméticas transforma o mundo em uma laranja de uma banda só, rodopiando sem parar, sem tempo para a semeadura de suas sementes. O que vir a nascer desse frenesi rodopiante é obra do acaso, que se pulveriza aqui e ali, mas sem nenhuma garantia de vir a vingar e se transformar em uma árvore produtiva.

Na reivindicação do defeito da racionalidade está vivo o pressentimento de que, no estágio atual, o espírito objetivo liquida o subjetivo. Porque, a despeito de um desenvolvimento histórico, que produziu artefatos técnicos sem precedentes, os trabalhadores sabem cada vez menos que são trabalhadores. Isso é favorecido pelo próprio desenvolvimento econômico e no fato de que o desenvolvimento técnico tenha atingido um estágio que permite a todos desempenhar quaisquer funções. Pertencer à elite parece algo alcançável por qualquer um. Aguarda-se apenas a cooptação. No entanto, privilegia-se quem melhor se adapta. Decerto, os eleitos permanecem uma ínfima minoria, mas a possibilidade estrutural basta para manter com sucesso a ilusão de igualdade de oportunidades em um sistema que eliminou a livre concorrência que vivia daquela ilusão.

Os tempos modernos transformaram, há muito tempo, a venda do que é vivo prática ordinária, pois, sob a lógica da comercialização, os sujeitos se transformaram em objetos, em coisa a ser trocada, em equipamento de uma mesma engrenagem. O mercado vira um Eu Soberano, a quem o homem deve servir, como se fosse parte indivisível da empresa. Dessa maneira, se torna inteiramente abstrato, mero ponto de referência, sem traços de autonomia e sem marcas de liberdade. Essa condição consome a objetivação radical e doentia dos sujeitos, e denota o caráter psicótico que se desdobra na aceitação do que é estabelecido de cima para baixo, de fora para dentro, mortificando a espontaneidade, transformando as pessoas em seres disponíveis, decifráveis pelos comandos de quem manda.

Na obra *Minima Moralia*, Adorno (1993) oferece uma análise profunda e crítica da experiência subjetiva na modernidade, destacando temas como alienação, fragmentação e coisificação. Segundo o autor, a sociedade moderna tende a transformar o indivíduo em uma espécie de objeto, desumanizando suas experiências e reduzindo suas relações a meras trocas comerciais ou funções sociais.

Por meio de seus 153 aforismos, ele revela como as estruturas sociais, culturais e econômicas moldam a subjetividade humana de maneira muitas vezes opressiva, levando à perda de autonomia e autenticidade. Adorno (1993) também utiliza imagens e metáforas para ilustrar essa condição, como a do “atrás do espelho”, que simboliza a fragmentação da identidade na modernidade. Essa imagem sugere que o sujeito se vê refletido de forma distorcida, incapaz de reconhecer uma unidade coerente de si mesmo. Além disso, ele fala sobre a “indústria cultural”, que padroniza e massifica as experiências humanas, tornando-as superficiais e homogêneas, o que contribui para a alienação (Adorno; Horkheimer, 1985). Dessa forma, *Minima Moralia* nos convida a refletir sobre como as estruturas sociais moldam nossa subjetividade de forma opressiva, e nos desafia a buscar formas de resistência e autenticidade em meio a esse cenário desumanizador.

### **3.1 A vida danificada**

O título da obra, *Minima Moralia*, traduzido como *Reflexões a partir da vida danificada*, já indica a premissa central do autor: a subjetividade moderna está comprometida. Ele descreve uma vida que se arrasta, mutilada pelas condições sociais e históricas, especialmente sob o capitalismo avançado. Adorno (1993) afirma que a vida não vive, refletindo a perda de vitalidade e autenticidade do sujeito contemporâneo.

Na obra *Minima Moralia*, Adorno (1993) define a “vida danificada” como um estado profundo de fragmentação subjetiva resultante da alienação, coisificação e opressão reinantes na sociedade moderna. O conjunto de 153 aforismos e ensaios curtos expõe a impossibilidade de uma vida boa ou honesta sob o capitalismo tardio; ao afirmar que a vida não vive, destaca o sintoma mais pleno do enfraquecimento da existência

vivida. Essa condição é o ponto de partida para toda crítica adorniana à cultura e à vida sob o regime do consumo e da padronização estrutural.

Adorno (1993) aponta que a “vida danificada” é permeada por traumas sutis, frutos da coisificação, ou seja, da redução das relações humanas a mercadorias ou funções utilitárias. Quando o indivíduo passa a existir em função de um aparato econômico, suas emoções, desejos e experiências íntimas são enquadradas por uma racionalidade instrumental e econômica. A consequência é o afastamento de si mesmo, uma vida existencialmente rasa em que as lesões subjetivas permanecem profundas, mas invisíveis.

O autor enfatiza que a “vida danificada” não se reduz a um estado psicológico pessoal, mas reflete uma lógica social sustentada pela produção, consumo e padronização cultural. Ele associa esse dano à dominação normativa da indústria cultural, ambiente em que a conformidade e a superficialidade tornam-se normas que reproduzem essa condição sistêmica. Assim, a vulnerabilidade emocional e existencial do indivíduo é, na realidade, um efeito da estrutura econômica e cultural de uma sociedade que exige funcionalidade em detrimento da autenticidade.

Em *Minima Moralia*, Adorno (1993) elabora sua crítica afirmando que a “vida danificada” resulta na perda da própria essência humana: o sentimento de si mesmo, a autenticidade e a autonomia são suprimidas pela lógica econômica, fazendo com que a existência se torne diluída, dominada pela ideologia do consumo e pela cultura massificada. Para Adorno (1993), a perspectiva da vida se integrou a uma ideologia que encobre o fato de que, simplesmente, a vida deixou de ser.

### **3.2 Coisificação na sociedade administrada e fragmentação da experiência**

Adorno (1993) radicaliza a herança marxiana de alienação<sup>5</sup> ao mostrar que, sob o capitalismo tardio, a reificação não se limita à esfera do trabalho: ela invade a própria

---

<sup>5</sup> O conceito de alienação em Karl Marx (2007) é central para sua crítica ao capitalismo e à forma como ele transforma o trabalho humano. Alienação significa estar separado ou afastado de algo que é parte da sua

forma de conhecer e sentir. A interação entre a racionalidade instrumental, concebida como mera adequação técnica entre meios e fins, e a lógica uniformizante da indústria cultural resulta na objetificação do sujeito, reduzido a uma entidade estatisticamente controlável, o que compromete sua capacidade de reflexão crítica e autonomia existencial.

Adorno (1993) diagnostica a faceta epistemológica desse processo demonstrando que a razão classifica, cataloga e dispõe as coisas no lugar certo, mas já não as experimenta; ao fazê-lo, contribui para a frieza que caracteriza a sociedade inteiramente administrada. A abstração do saber aproxima-se de uma racionalidade paranoica, em que todos os elementos da realidade são convertidos em sinais compatíveis com as exigências do sistema de dominação. Para Adorno (1993), essa ruptura entre o conceito e sua concretude, entre a forma e o conteúdo, caracteriza a vida danificada, pois suprime do sujeito a possibilidade de apreensão sensível da singularidade.

A crítica adorniana converge com a análise de Lukács (2003) sobre a reificação do vínculo social, na medida em que ambos identificam a transformação das qualidades humanas em quantidades intercambiáveis. Contudo, Adorno (1993) amplia o diagnóstico ao mostrar que a própria subjetividade é modelada pelos produtos culturais de massa, gerando aquilo que Marcuse (2015) chamaria mais tarde de “personalidade unidimensional”.

A estrutura aforística adotada por Adorno (1993) em *Minima Moralia* não é apenas uma escolha estilística ou formal, mas expressa de maneira radical a própria condição da experiência na modernidade tardia. A descontinuidade dos fragmentos reflete e denuncia a fragmentação da vida subjetiva, marcada pela perda de coesão entre as esferas da existência individual e pelas rupturas nos vínculos sociais, afetivos e éticos. Em uma sociedade dominada pela racionalidade instrumental, a unidade da experiência é corroída, e a forma do aforismo torna-se o único meio possível de verdade crítica.

Assim, *Minima Moralia* (Adorno, 1993) não apenas tematiza a fragmentação da experiência, mas a encarna em sua própria forma: o texto recusa uma estrutura linear e

---

essência. No contexto marxista, refere-se à separação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, ao processo produtivo, à sua própria humanidade e aos outros seres humanos.

sistemática para adotar uma dialética dispersa, marcada por interrupções e descontinuidades que lembram mais a estética das ruínas do que a solidez de um edifício conceitual. A forma aforística de *Minima Moralia* (Adorno, 1993) é uma crítica formal e epistemológica à condição contemporânea. Ela dramatiza, por sua composição descontínua, a experiência igualmente desintegrada do sujeito moderno – ao mesmo tempo que tenta preservar, em cada fragmento, a possibilidade de um olhar não reconciliado com o mundo.

Para Adorno (1993), a totalidade é falsa, ou seja, toda pretensão de capturar a realidade em uma forma totalizante, seja filosófica, estética ou social, implicaria ignorar as contradições e as violências que constituem a vida sob o capitalismo. Desse modo, o aforismo surge como forma negativa, antissistêmica, capaz de preservar a tensão entre particular e universal, entre forma e conteúdo, sem reduzi-los à identidade abstrata. Cada fragmento da obra aborda aspectos distintos e concretos da vida cotidiana (as relações familiares, a cultura de massa, a moralidade burguesa, a burocratização da existência), revelando como tais dimensões estão desconectadas entre si e submetidas a lógicas parciais e contraditórias, que impedem uma experiência integrada e autêntica. A forma fragmentária da obra é, portanto, uma resposta formal à experiência danificada.

Veremos a seguir uma sequência de 16 aforismos que expressam a compreensão do autor sobre as questões sociais, a condição humana e a razão instrumental na sociedade industrializada do século XX, no período do pós-guerra, foco de sua análise e crítica. A discussão desses aforismos é o intento primordial deste trabalho. Em seguida ao destaque de cada quadro dá-se uma sequência de comentários e análises.

#### Quadro 1 – Aforismo 8: “Se os maus te atraem”

[...] O esforço para produzir algo que seja razoavelmente convincente torna-se tão grande que quase não resta alguém que dele seja capaz. Além disso, a pressão da conformidade, que sobrecarrega cada produtor, faz baixar seu grau de exigência em relação a si próprio [...].
--

**Fonte:** Adorno (1993, p. 22)

Isso implica no desprezo pela narração, na extinção da curiosidade, no abandono do quem vem de longe, que se perde no trajeto entre o passado e o presente, silenciando de ignorância o que ficou às margens. Trata-se não apenas de um esquecimento das

tradições, mas de uma verdadeira desabilitação da autodisciplina espiritual, que recusa enxergar para além daquilo que instituiu a cultura dominante. Verifica-se o esmorecimento da individualidade, a falta de perplexidade e da curiosidade, que sempre trouxe notícias de longe, do passado, compondo narrativas interessantes.

Adorno (1993) trata dos temas da vida fragmentada de forma também fragmentária. Assim vê-se que a forma aforística da obra *Minima Moralia* não é uma deficiência, mas sim que ela expressa a condição histórica do conteúdo, o conformismo cultural determinado pela indústria e pela racionalidade instrumental.

No aforismo 4, *Última Clareira*, lê-se:

#### Quadro 2 – Aforismo 4: “Última clareira”

No necrológio de um homem de negócios, lia-se: “A largueza de sua consciência rivalizava com a bondade de seu coração”. O deslize cometido pelos enlutados parentes e amigos na linguagem solene que se reserva para tais ocasiões, a involuntária admissão de que o bondoso falecido era inescrupuloso, remete o cortejo fúnebre pelo caminho mais curto ao país da verdade.

**Fonte:** Adorno (1993, p. 18).

Esse trecho nos indica que a severidade do homem morto não foi moldada pelo nível de seus conhecimentos e de sua consciência. Ou seja, a consciência não se relaciona com a vida imediata. Uma coisa é saber muito sobre tudo, outra coisa é agir sobre o mundo a partir desta consciência. Ele perdeu o costume da agitação (Adorno, 1993, p. 18). Vivendo friamente diante daqueles que não lhe dizem nada enquanto classe, enquanto afinidades compartilhadas, o velho morreu antes de falecer. Ou seja, a frieza impera por toda parte, independentemente do nível de esclarecimento de seu portador.

Tal concepção ecoa a análise adorniana da perda da experiência (*Erfahrung*), conceito que também fora tematizado por Walter Benjamin (1987). Este, em seu ensaio *O narrador*, inserido na obra *Magia e técnica, arte e política* (Benjamin, 1987), já havia diagnosticado o esvaziamento da experiência comunicável, substituída pela informação e pela instantaneidade moderna. Assim, a narrativa tradicional, enraizada na transmissão oral da experiência, foi substituída por informações fragmentadas, efêmeras e desprovidas de sabedoria. A *Última clareira* (aforismo 4) evidencia que a vida administrada regula os

afetos, especialmente em relação àqueles que não fazem parte da mesma classe, que não cultivam os mesmos interesses e horizonte cultural.

Adorno (1993) amplia essa reflexão ao mostrar que, na modernidade administrada, o sujeito já não é capaz de recolher sua vivência em narrativas coerentes e reflexivas. A própria vida se torna episódica, descontínua, marcada por choques, interrupções e demandas externas. Essa dissolução da continuidade vital torna-se especialmente visível nos conteúdos abordados por Adorno (1993): os rituais familiares são pervertidos pela lógica da eficiência; os sentimentos, mercantilizados; a linguagem, empobrecida por sua submissão à comunicação técnica.

Como descreve no aforismo 40 – *Falar disso sempre, pensar nisso nunca* –, o autor aborda a naturalização do sofrimento psíquico, nos seguintes termos:

**Quadro 3 – Aforismo 40: “Falar disso sempre, pensar nisso nunca”**

Desde que [...] a psicanálise se infiltrou nos últimos recantos, as pessoas também se vêm privadas pela cultura organizada da última possibilidade de uma experiência de si mesmas. O esclarecimento pronto e acabado que é subministrado converte não somente a reflexão espontânea, mas também os discernimentos analíticos – cuja forma é igual à energia e ao sofrimento com que são obtidos – em produtos de massa, os dolorosos segredos da história individual, que já o método ortodoxo tende a reduzir a fórmulas feitas, em convenções banais.

**Fonte:** Adorno (1993, p. 55).

A questão aqui denunciada é o fato de as pessoas delegarem a outrem a descoberta de suas feridas, dores e conflitos. Vigora um clima de transferência de responsabilidade para os especialistas, que passam a responder pela identificação do que há de mais íntimo e sigiloso da alma humana. É como se as pessoas não fossem capazes de lidar com sua própria identidade, a menos que um especialista defina seu perfil e institua o que é ou não legítimo como escolhas e preferências. Nesse sentido, as pessoas ficam reféns dos métodos de investigação das causas e raízes de seus mais bem guardados segredos. A psicanálise toma o lugar do olhar de si para si. Assim, o autor continua o aforismo 40:

ao invés de realizar um trabalho de autoconscientização, aqueles que aprendem algo com a doutrina psicanalítica adquirem a capacidade de subsumir os conflitos pulsionais em conceitos como complexo de inferioridade, vínculo materno, extrovertido e introvertido, aos quais, no fundo, eles se furtam inteiramente (Adorno, 1993, p. 56).

Ou seja, todo o medo diante de um Eu danificado é dissipado diante das tratativas de que tudo não passa de um mal comum, assim como aqueles que atingem o corpo, tal como uma gripe, uma dor de cabeça etc. Esses males são tratáveis quando diagnosticados por um profissional. Esse pacto entre o profissional da psicanálise e o Eu doente adia a autoconscientização e, assim, torna o sofrimento administrável, mas jamais tratável.

Nesse sentido, até mesmo as questões de foro íntimo se convertem em algo que deve ser administrado como um negócio. O autor faz crítica radical à cultura de massa, à racionalização excessiva da subjetividade e à banalização da experiência interior na modernidade tardia. Adorno (1993) denuncia como, na sociedade administrada e massificada, até a introspecção e o autoconhecimento foram transformados em produtos padronizados e inofensivos. A experiência subjetiva profunda foi esvaziada e substituída por fórmulas psicológicas prontas, pela indústria cultural e pela falsa interioridade.

Abaixo trazemos parte da analítica adorniana sobre a cultura de massa, fruto dos avanços da técnica, que acelera e pasteuriza os produtos culturais, disseminando a homogeneização do pensamento e das ações decorrentes deste estado de coisas.

### **3.3 Crítica à cultura de massa: arte como mercadoria e a perpetuação da alienação**

A crítica de Adorno e Horkheimer (1985) à cultura de massa constitui um dos núcleos mais contundentes da teoria crítica da sociedade. Para os autores, a chamada “indústria cultural” representa a degradação da arte e da cultura sob a lógica mercantil do capitalismo tardio. Ao contrário das concepções que atribuem à cultura de massa uma função democratizante ou educativa, Adorno e Horkheimer (1985) argumentam que sua função essencial é a reprodução da dominação, por meio da standardização das formas simbólicas e da neutralização do pensamento crítico.

No ensaio clássico *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*, presente na *Dialética do esclarecimento*, Adorno e Horkheimer (1985) observam que, na sociedade administrada, a arte se torna produto seriado, submetido aos mesmos

princípios de produção e consumo que regem a indústria de bens materiais. Conforme a crítica da indústria cultural desenvolvida por Adorno e Horkheimer (1985), a cultura, no contexto do capitalismo tardio, assume a forma de mercadoria, e o entretenimento, longe de representar uma pausa do labor, acaba por reproduzir a lógica do trabalho e da produtividade sob outra aparência.

A consequência direta desse processo é a perda da negatividade estética, isto é, da capacidade da arte de resistir, questionar e apresentar o mundo sob uma ótica não instrumental. Na medida em que a cultura é convertida em mercadoria, ela perde seu potencial utópico e emancipador, passando a reforçar os valores dominantes e a anestesiar a consciência crítica dos indivíduos.

Em *Minima Moralia*, Adorno (1993) retoma essa crítica de maneira mais intimista, ao refletir sobre o empobrecimento da experiência estética e subjetiva na vida cotidiana. No aforismo 13 – *Proteção, auxílio e conselho* –, Adorno (1993) aborda a condição dos intelectuais em exílio. Ressalta ele:

**Quadro 4 – Aforismo 13: “Proteção, auxílio e conselho”**

Todo intelectual na emigração, sem exceção, está prejudicado e faz bem em reconhecê-lo, se não quiser ser cruelmente esclarecido a este respeito por trás das bem trancadas portas de seu respeito por si próprio. Ele vive em um ambiente que lhe permanece permanentemente incompreensível, mesmo se está familiarizado com as organizações sindicais ou com o trânsito; ele está continuamente em errância.

**Fonte:** Adorno (1993, p. 26).

O ambiente do exílio é sempre incompreensível, pois o exilado está em constante errância. As marcas mais relevantes dessa ruptura inconciliável são a ausência da prática de sua própria língua, o isolamento social, e o ter que enfrentar a hostilidade em relação ao estrangeiro. Nessa condição, o exilado deita-se na necessidade de adaptação. Nesse contexto, Adorno (1993) aconselha um cuidado redobrado, especialmente na escolha de relações privadas, que possam dar suporte à vida no exílio. No prosseguimento do aforismo 13, o autor relata o comportamento do exilado em relação à experiência pública, onde o exilado se vê diante da necessidade de aderir à plataforma política de quem exerce o poder. Pondera ele:

O olhar adquire o aspecto maníaco e ao mesmo tempo frio de quem quer agarrar, devorar, confiscar. Nada tem valia senão o diagnóstico intransigente de si mesmo e dos outros, tentativa através da consciência, senão de escapar à calamidade, ao menos de esvaziá-la de sua violência fatídica: a da cegueira. (Adorno, 1993, p. 27).

A precaução e a necessidade de suprimentos é o inimigo mortal da dignidade dos exilados. Por outro lado, a adaptação também é perigosa, pois pode situar os estrangeiros em posições de lacaios, aduladores e parasitas, “que se fazem solícitos a quem está melhor situado, de uma forma arcaica que só pode prosperar sob as relações economicamente extraterritoriais da emigração” (Adorno, 1993, p. 27).

No aforismo 21 – *Não se aceitam trocas* –, Adorno (1993) aborda uma questão curiosa, que celebra a tônica espiritual e de costumes. O excerto demonstra que até sobre hábitos de cortesia pairam desconfianças, pois antes de ver o sentido do gesto, questiona-se as intenções que estão por trás desse ritual.

#### Quadro 5 – Aforismo 21: “Não se aceitam trocas

As pessoas estão desaprendendo a dar presentes. Na violação do princípio de troca, há algo de absurdo e implausível; muitas vezes, até mesmo as crianças examinam com desconfiança quem dá algo, como se o presente fosse apenas um truque para vender-lhes uma escova ou um sabonete.

**Fonte:** Adorno (1993, p. 35).

Nessa violação de princípio tão caro à cultura burguesa reside a desconfiança de que o agrado é apenas uma estratégia de dominação. Agradar, nesse sentido, é, de alguma forma, aprisionar, seja por meio de afetos, seja por meio da expectativa de reciprocidade. Quem ganha um presente fica na obrigação de retribuir, ou de comportar-se docemente, frente ao agrado recebido. O desuso do hábito de dar presente se sustenta, segundo Adorno (1993), na descrença de que o presenteado sinta alguma alegria ao receber seu mimo, pois o ato privado de dar presente foi igualado a um gesto social de requerer afeto. “Na melhor das hipóteses as pessoas presenteiam com aquilo que desejariam para si próprias” (Adorno, 1993, p. 35).

Já no aforismo 19 – *Não bater à porta* –, Adorno (1993) complementa sua desconfiança sobre os questionamentos aos hábitos e costumes cristalizados como sinal

de cortesia. Ele afiança que a tecnificação embrutece as pessoas, tornando-as insensíveis e cruas diante da vida. Então, temos o destaque:

**Quadro 6 – Aforismo 19: “Não bater à porta”**

A tecnificação torna [...] precisos e rudes os gestos, e com isso os homens. Ela expulsa das maneiras toda hesitação, toda ponderação, toda civilidade, subordinando-as às exigências intransigentes e como que a-históricas das coisas. Desse modo, desaprende-se a fechar uma porta de maneira silenciosa, cuidadosa e, no entanto, firme.

**Fonte:** Adorno (1993, p. 33).

Ela elimina a ponderação, a civilidade e os bons modos, fazendo com que os homens se tornem brutos, ao ponto de não saberem mais, sequer, fechar uma porta sem fazer barulho. Adorno (1993) usa a imagem do homem que fecha portas com brutalidade (a porta do carro, da geladeira, por exemplo). Fechar portas (com brutalidade) significa também não olhar para trás, ignorar o interior da casa que os acolhe. Não bater à porta significa não acreditar que existam portais que se abram como asas, que lhes permitam sobrevoar os caminhos de sua vida, revisitando lugares e rememorando o passado. A tecnificação instaura a dialética de uma vida aprisionada por modos comportamentais, onde bater à porta significa acreditar que atrás da porta existe um mundo melhor, e bater a porta significa fechar ciclos, frente ao desânimo de uma busca infinda por saídas. A questão central da tecnificação é a brutalidade com que ela arrasta suas vítimas. No aforismo 19 Adorno (1993, p. 33) aborda a violência das máquinas, nos seguintes termos: “Nos movimentos que as máquinas exigem daqueles que delas se servem localizam-se já a violência, os espancamentos, a incessante progressão aos solavancos das brutalidades fascistas”.

Por outro lado, no aforismo 22 – *A criança com a água do banho* – Adorno (1993) fala sobre a mentira como tema fundamental da crítica da cultura. Ela, assim como os processos de alienação descritos por Marx (2008) opera no sentido de produzir um falso bem-estar mesmo frente aos processos de dominação e opressão, dissimulando o que dói nos indivíduos. Como mencionado anteriormente, a indústria cultural cria necessidades que ela mesma supre, instaurando desejos de consumo e o conforto do prazer de acesso aos objetos por ela oferecidos. Nisso tudo, o sujeito vai tendo esvaziado o apelo à sua

própria identidade. Esse processo endurece sentimentos e petrifica emoções. No trecho abaixo, destaca o autor:

**Quadro 7 – Aforismo 22: “A criança com a água do banho”**

Identificar a cultura unicamente com a mentira é o que há de mais funesto quando aquela está se convertendo efetiva e inteiramente nesta, exigindo zelosamente uma tal identificação, de modo a comprometer todo pensamento que pretenda resistir [...] O fato de que a cultura tenha fracassado até os dias de hoje não é uma justificativa para que se fomente seu fracasso, [...] As pessoas que pertencem a um mesmo grupo não deveriam nem silenciar seus interesses materiais, nem nivelar-se a estes últimos, mas integrá-los em suas relações a assim ultrapassá-los.

**Fonte:** Adorno (1993, p. 37).

Trata-se de uma simulação de consolo e apaziguamento das dores do mundo, para manter viva a má determinação econômica da existência. Na verdade, a instauração da mentira como norma é a própria instauração da cultura como ideologia. Essa lógica opera na extirpação de tudo que é verdadeiro ou que procura ser, de toda antecipação quimérica de uma situação que se queira mais nobre. Assim agindo, deita-se a barbárie, pois abrir mão da utopia em nome da exigência da unidade entre teoria e práxis é empurrar o indivíduo para um mundo que não é seu, ou seja, para a esfera da prática, que consome tempo, disposição e interesse pelo sonho e pelo pensamento livre.

A cultura de massa, longe de ser um espaço de liberdade simbólica, funciona como instrumento de reprodução ideológica, promovendo a passividade, a repetição e a adaptação acrítica às normas sociais. O consumo cultural torna-se um substituto da experiência genuína: músicas, filmes, programas de televisão e até obras literárias são produzidos segundo fórmulas previsíveis, de modo a garantir reconhecimento imediato e absorção sem esforço.

A lógica imposta pela indústria cultural não apenas aliena o indivíduo, mas também padroniza sua subjetividade, uniformizando sentimentos, percepções e formas de expressão. Adorno (1993) observa que até mesmo o sofrimento é transformado em espetáculo; ele afirma que a dor real é disfarçada como espetáculo, e nisso perde o direito de ser levada a sério.

Dessa maneira, o sujeito contemporâneo é levado a identificar-se com clichês, narrativas e arquétipos impostos, tornando-se consumidor de experiências pré-fabricadas, que mascaram as contradições sociais e pessoais em vez de desvelá-las.

Ao converter a arte em mercadoria, a indústria cultural priva a cultura de seu papel crítico-histórico, que seria o de revelar o sofrimento e a contradição imanente à sociedade capitalista. O ideal adorniano de uma arte autônoma, negativa e dissonante é substituído por uma produção cultural funcional, que visa ao lucro e à manutenção da ordem existente. Assim, a cultura de massa torna-se um instrumento eficaz de dominação, na medida em que estetiza a opressão e naturaliza a alienação como forma de vida cotidiana.

### **3.4 A busca por autonomia e reflexão crítica: negatividade, resistência e emancipação em Adorno**

Embora a obra de Adorno, especialmente *Minima Moralia*, esteja marcada por um diagnóstico severo da modernidade capitalista, caracterizada pela alienação, coisificação e administração da vida, ela não abdica completamente da possibilidade de emancipação. Para Adorno (1993), a autonomia subjetiva, entendida não como independência abstrata ou liberal, mas como capacidade de refletir criticamente sobre o mundo e sobre si, é uma possibilidade histórica ainda que profundamente ameaçada pelas estruturas sociais dominantes.

A condição do sujeito moderno, segundo Adorno (1993), é profundamente atravessada pela experiência da alienação, resultante da impossibilidade de separação entre o indivíduo e a totalidade social que o constitui e o submete. No aforismo 10 – *Separados-unidos* –, o filósofo enuncia com precisão essa aporia:

#### **Quadro 8 – Aforismo 10: “Separados-unidos”**

<p>O casamento, cuja paródia vergonhosa sobrevive numa época que retirou o solo do direito humano ao matrimônio, serve hoje, na maior parte dos casos, ao ardil da autoconservação [...] um casamento decente seria somente aquele em que ambos possuíssem uma vida própria, independente, sem a fusão que deriva de uma comunidade de interesses imposta pela necessidade econômica, e no qual, em compensação, assumissem livremente a responsabilidade recíproca de um pelo outro. O casamento como comunhão de</p>
--

interesses significa inegavelmente uma humilhação dos interessados, e o que há de pérfido na maneira como o mundo está arranjado é que ninguém, mesmo sabendo disto, possa escapar de tal humilhação.

**Fonte:** Adorno (1993, p. 24).

A falsidade da vida separada manifesta-se no fato de que precisamente a separação já não é possível. A promessa iluminista de autonomia que projetava a possibilidade de um sujeito racional, autodeterminado e eticamente orientado, desfaz-se diante da totalidade reificante da sociedade capitalista tardia, na qual até mesmo os aspectos mais íntimos e particulares da vida são subsumidos sob a lógica da mercadoria. O separado, que pretendia afirmar sua liberdade frente ao mundo administrado, já se encontra, desde sempre, integrado em suas engrenagens.

Nesse sentido, a crítica de Adorno (1993) ao apontar essa impossibilidade de separação real não conduz à resignação, mas à denúncia das formas sutis e profundas de dominação que naturalizam o sofrimento e obscurecem a possibilidade de uma vida outra. O aforismo desmascara a falsidade da solidão como liberdade, revelando que, sob o capitalismo tardio, a separação não é sinal de autonomia, mas de isolamento funcionalizado – e que a união, por sua vez, frequentemente se dá sob formas de coação e reprodução da normatividade. Nesse impasse, a única possibilidade de subjetividade crítica reside na recusa dessa integração pacificada, na negatividade como gesto ético e político de resistência.

Esse processo de corrosão da subjetividade crítica e autônoma é analisado de modo contundente no aforismo 35 – *Retorno à cultura* –, no qual Adorno (1993) diagnostica a inversão perversa da função originária da cultura: a cultura converteu-se em antídoto da cultura. Aquilo que deveria operar como mediação para a formação do sujeito reflexivo transforma-se em instrumento de conformismo e dominação.

#### **Quadro 9 – Aforismo 35: “Retorno à cultura”**

A afirmação de que Hitler destruiu a cultura alemã não passa de um truque publicitário daqueles que pretendem reconstruí-la a partir dos telefones de seus escritórios. O que Hitler erradicou em matéria de arte e pensamento há muito já levava uma existência dissociada e apócrifa, cujos últimos refúgios foram varridos pelo fascismo. Quem não se dispunha a tomar parte no jogo já se via forçado, anos antes do advento do Terceiro Reich, a refugiar-se na emigração interna: pelo menos desde a estabilização da moeda alemã, que coincide no tempo com o fim do expressionismo, a cultura alemã justamente se estabilizou no espírito do lema nazista.

**Fonte:** Adorno (1993, p. 49).

Ou seja, no Terceiro Reich culminaram os resquícios da resistência frente às mercadorias espirituais e à dominação política, mas não se pode dizer que foi a ação política perversa que deu causa ao abandono do pensamento crítico. Ao contrário, a aceitação acrítica e voluntariosa do absurdo é sintoma da estupidez cultural em que se encontrava mergulhada a massa.

A indústria cultural, ao massificar e padronizar a experiência estética e simbólica, anula a capacidade de distanciamento crítico. No entanto, é justamente na tensão entre o conteúdo emancipador da cultura e sua apropriação funcionalista que resiste um resíduo de negatividade – uma memória não integrada que, embora enfraquecida, carrega ainda a possibilidade de resistência.

A negatividade – categoria central no pensamento adorniano – aparece com clareza no aforismo 36 – *A saúde para a morte* –, no qual o autor denuncia a adaptação como forma patológica de sobrevivência:

**Quadro 10 – Aforismo 36: “A saúde para a morte”**

Só é possível diagnosticar a enfermidade dos sadios objetivamente, na desproporção entre seu modo de vida racional e a possível determinação racional de suas vidas. Mas os vestígios da enfermidade acabam por se denunciar: seu aspecto é o de quem tem a pele coberta por uma erupção de desenho regular, como se estivessem empenhados num mimetismo em relação ao inorgânico. Pouco falta para que se possa considerar todos esses que se consomem em dar provas de sua vitalidade alerta e de sua força pujante como cadáveres preparados, aos quais se oculta, por considerações de política demográfica, a notícia de seu passamento não se todo bem-sucedido.

**Fonte:** Adorno (1993, p. 50-51).

Verifica-se no trecho acima a crítica direcionada à ideologia da saúde e da normalidade, que impõe ao sujeito a aceitação acrítica da ordem existente. A recusa em naturalizar a morte e, por extensão, o sofrimento e a opressão, é a única maneira de manter vivo um princípio ético da subjetividade. A resistência, ainda que impotente frente à totalidade, assume a forma de uma vida que insiste em não se conformar. A negação, nesse sentido, torna-se o gesto mínimo de emancipação.

A liberdade, portanto, não é dada; é uma construção crítica que exige ruptura com os automatismos herdados da socialização. No aforismo 42 – *Liberdade de pensamento*

–, Adorno (1993) observa que a liberdade de pensamento consiste em não mais ter de escutar tudo aquilo a que se é obrigado a dar atenção desde a infância. Trata-se de um convite à desnaturalização do senso comum e das ideias recebidas, à desconstrução do que parece evidente. O pensamento autêntico começa quando se rompe o ciclo da repetição, quando o sujeito se arrisca a pensar por si – e contra si. Assim se expressa o autor:

**Quadro 11 – Aforismo 42: “Liberdade de pensamento”**

De saída, separar-se da reflexão não faz bem à própria especulação. Esta, ou se degrada na repetição erudita de esquemas filosóficos tradicionais, ou degenera, em sua distância dos fatos tornados cegos, na conversa fiada de visões-do-mundo privadas que não comprometem ninguém. Não satisfeita com isso, entretanto, a própria empresa da ciência incorpora a especulação. Entre as funções públicas da psicanálise, esta não é a última. O elemento da psicanálise é a livre associação.

**Fonte:** Adorno (1993, p. 59).

A análise, chave para a consciência de si, ganha um “fio vermelho” para sua condução, vinda da psicanálise, que traça os rumos da especulação a partir do exterior dos indivíduos. Ela administra as investigações do sujeito sobre seus afetos, e faz com que “ele deixe de ser o juízo verdadeiro para tornar-se matéria neutra. Ao invés de se impor o trabalho do conceito, de modo a se tornar senhor de si mesmo, ele abandona-se impotente ao tratamento que lhe submete o doutor, o qual aliás já sabe tudo” (Adorno, 1993, p. 59).

Adorno (1993) alerta que, ao dissolver a especulação na ciência técnica, se faz perder a liberdade de pensamento verdadeiro, aquele que une reflexão crítica e especulação filosófica. O pensamento fica preso a classificações, diagnósticos e a um saber fechado, impedindo o questionamento radical e a emancipação intelectual.

Essa tarefa crítica, contudo, está longe de ser isenta de sofrimento. Em *Para uma moralidade do pensamento* (aforismo 46), Adorno (1993) aponta o paradoxo da racionalidade instrumental, que rompeu a aliança entre razão e ética. Profere o autor:

**Quadro 12 – Aforismo 46: “Para uma moralidade do pensamento”**

O ingênuo e o não-ingênuo são conceitos tão profundamente entrelaçados um com o outro, que não pode servir a nada de bom jogar um contra o outro. A defesa da ingenuidade, tal como praticada por

irracionalistas e anti-intelectuais de todas as espécies, é uma coisa indigna. A reflexão que toma o partido da ingenuidade condena a si mesma: astúcia e obscurantismo são sempre a mesma coisa.

Fonte: Adorno (1993, p. 63).

Para o autor, a moral do pensamento começa quando a sua utilidade é posta em dúvida. Pensar, aqui, não é mais um ato produtivo, mas um imperativo ético. A reflexão crítica, mesmo que sem aplicação prática imediata, é uma forma de resistência contra a barbárie normatizada – uma recusa a participar do ciclo de dominação. Trata-se, portanto, de uma ética negativa, fundada não em prescrições positivas, mas na recusa daquilo que é. A dificuldade de simular a identidade do sujeito – pressuposto por Hegel (2012) como o polo oposto ao objeto –, não deve anular os esforços da busca pela autonomia. Adorno (1993, p. 64) finaliza seu aforismo 46 com os seguintes dizeres:

Hoje, o que se exige de um pensador é nada menos que esteja presente, a todo instante, nas coisas e fora das coisas – o gesto do Barão de Münchhausen, que se arranca do pântano puxando-se por seu próprio rabicho, tornou-se o esquema de todo conhecimento que pretende ser mais do que contatação ou projeto. E ainda vêm os filósofos profissionais reprovar-nos de que não teríamos um ponto de partida sólido!

Nesta sentença, Adorno (1993) dialoga criticamente com a herança do Idealismo Alemão, ao discutir os limites e as exigências éticas do pensamento. Ele rejeita a ideia de que o pensamento pode ser moral por si só, como supunha a tradição idealista, e enfatiza que o pensamento deve se comprometer com o negativo, com aquilo que é excluído ou reprimido pela totalidade. Para o autor, pensar é inicialmente resistir à mentira, e esta é hoje onipresente. Quem pensa não se submete a uma autoridade sem examinar suas pretensões de verdade.

Ser livre não significa apenas se desvencilhar das amarras, mas também ser capaz de se confrontar com aquilo que o sujeita, ou seja, a liberdade autêntica não é dada, mas construída dialeticamente por meio da negatividade, um processo que exige desconstruir os automatismos impostos pela cultura de massa, pela lógica da mercadoria e pela técnica desenraizada de qualquer valor ético.

A crítica à razão instrumental, nesse contexto, não é apenas epistemológica, mas também ética e política. A razão, esvaziada de sua capacidade reflexiva e transformadora,

torna-se cúmplice da dominação, pois passa a servir apenas à administração eficiente da realidade. Ao criticar essa racionalidade mutilada, Adorno (1993) resgata o potencial utópico da razão, que se expressa na possibilidade de pensar o mundo de maneira diferente. Ele observa que a reflexão crítica é a via possível para restaurar a profundidade da experiência subjetiva, pois permite romper com os esquemas de pensamento impostos, abrindo espaço à singularidade, à dor e à memória reprimida.

Adorno (1993) mostra que a moral do pensamento exige equilíbrio entre ingenuidade e experiência, entre envolvimento e distanciamento. O verdadeiro pensamento crítico não aceita a realidade passivamente nem se fecha em ceticismos, mas busca compreender as contradições do concreto para agir eticamente. Essa postura dialética é fundamental para manter a liberdade e a responsabilidade do pensar diante do mundo complexo e injusto.

O estilo aforístico de *Minima Moralia* não é acidental: ele encarna a própria negatividade que a obra sustenta.

No aforismo 61 – *Instância de apelação* –, Adorno (1993) sentencia que o pensamento que não admite objeções está, em si mesmo, errado. A forma fragmentária, que recusa a sistematização e a totalidade, espelha a resistência do pensamento frente à imposição de sentido. A abertura ao dissenso e à autocrítica torna-se condição para a autonomia moral e intelectual. O sujeito emancipa-se na medida em que se dispõe a escutar o outro, a acolher o estranho sem reduzi-lo ao familiar, pois:

**Quadro 13 – Aforismo 61: “Instância de apelação”**

Quem não vê nem possui nenhuma outra coisa para amar, acaba amando muralhas de pedra e janelas com grades [...] sem esperança seria quase impossível pensar a ideia da verdade, e a inverdade capital é fazer passar por verdade a existência reconhecida como má, simplesmente porque ela foi reconhecida.

**Fonte:** Adorno (1993, p. 85).

Ou seja, mesmo diante do nebuloso mundo da mesmice e da administração dos sentidos e pensamentos, é preciso alguma esperança que indique alternativa de fugir da ignomínia da adaptação, que possibilite suportar o horror do mundo. A crítica da sociedade não pode ser separada da crítica do sujeito. Essa unidade se condensa no aforismo 51 – *Atrás do espelho*. Neste trecho, Adorno (1993, p. 73) sugere um conjunto

de precauções as quais podem servir para o trabalho do escritor: “verificar em cada texto, cada fragmento, cada parágrafo, se o tema central sobressai com nitidez”.

**Quadro 14 – Aforismo 51: “Atrás do espelho”**

Nenhuma correção é demasiado pequena ou insignificante para que não se deve a realizá-la. Em cem alterações, cada uma pode aparecer isoladamente como tola e pedante; juntas podem construir um novo nível do texto. [...] Nunca se deve ser mesquinho nos cortes. [...] Faz parte da técnica de escrever ser capaz de renunciar até mesmo a pensamentos fecundos, se a construção o exigir. [...] Ceticismo contra a objeção predileta de que um texto, uma formulação, será bela demais. [...] Os textos bem elaborados são como teias de aranha: densos, concêntricos, transparentes, bem estruturados e sólidos.

**Fonte:** Adorno (1993, p. 73-75).

Esses apontamentos dão a entender que Adorno (1993), ao escolher os aforismos como gênero, não subtrai em nada o rigor e os procedimentos técnicos que elevem sua qualidade teórica.

Um aspecto no mínimo curioso em *Minima Moralia* (Adorno, 1993) é que, embora a obra se dividida em três blocos (denominados *Primeira parte*, *Segunda parte* e *Terceira parte*), não é tão evidente que se trate de blocos temáticos consistentes. O autor frankfurtiano alude a temas diversos sobre a vida imediata no capitalismo tardio, articulando a relação entre este sistema e as experiências do fascismo. Aliás, ele mesmo alerta que quem não quer falar do capitalismo deve calar-se sobre o fascismo. A recusa da crítica social equivale à cumplicidade com a dominação. O sujeito que não compreende as determinações históricas de sua condição não é livre, mas apenas integrado. A emancipação, portanto, é inseparável da consciência crítica – e esta, por sua vez, é sempre histórica e política.

Assim, a *Minima Moralia* (Adorno, 1993) ressoa como um imperativo ético e utópico, a exigência de que a vida seja vivida, pois, de outro modo, permanece irreduzível. Ainda que sem formular um programa positivo, Adorno (1993) insiste na necessidade de manter aberta a possibilidade do outro, de uma vida diferente, não submetida à lógica da mercadoria, da dominação e da adaptação. Essa exigência é o ponto de encontro entre crítica e esperança, entre negatividade e emancipação. É nesse hiato, entre o que é e o que poderia ser, que o sujeito moderno, ainda atravessado pela barbárie, pode encontrar o impulso para resistir.

A resistência à conformação imposta pelas forças da racionalidade instrumental e da indústria cultural exige, segundo Adorno (1993), uma postura negativa, isto é, uma recusa à identificação com o existente. Essa vida outra só pode ser vislumbrada a partir de uma consciência não reconciliada, que se recusa a aceitar como naturais as formas de sofrimento e opressão convertidas em rotina cotidiana. A reflexão crítica assume, assim, o papel de resistência mínima, mas essencial, contra a total administração do mundo.

A verdadeira autonomia, para Adorno (1993; 1995; 2020) e Adorno e Horkheimer (1985) não é espontânea nem garantida, mas depende de um trabalho constante de mediação entre sujeito e sociedade. Esse trabalho implica reconhecer a maneira como os imperativos sociais se internalizam nas formas de pensar, sentir e agir.

Mesmo sem indicar modelos normativos de libertação, Adorno (1993) sustenta que a tarefa do pensamento crítico é preservar a negatividade diante do mundo positivado, uma forma de fidelidade à utopia sem utopismo ingênuo. O aforismo 18 – *Asilo para os desabrigados* – sintetiza fielmente a diagnose adorniana: a impossibilidade de viver plenamente de acordo com as marcas culturais e identitárias que forjam a personalidade dos indivíduos. Nesta passagem, Adorno (1993) destaca:

**Quadro 15– Aforismo 18: “Asilo para os desabrigados”**

O cenário da vida privada mostra bem como estão as coisas nesta esfera. A rigor, morar é algo que não é mais possível. As moradias tradicionais em que crescemos adquiriram algo de insuportável: cada traço de comodidade nelas pagou-se com uma traição ao conhecimento, cada vestígio do sentimento de estar abrigado, com a deteriorada comunidade de interesses da família.

**Fonte:** Adorno (1993, p. 31).

Esse mesmo tema é assunto tratado por Walter Benjamin (1987), em *Experiência e Pobreza*, ensaio constante na obra *Magia e técnica, arte e política*, quando o também frankfurtiano denuncia que não existe mais possibilidade de registro da passagem das famílias burguesas pela terra, pois as casas de vidro não retêm memória. Para Benjamin (1987), a introdução do vidro como material de construção elimina o mistério e os segredos, fazendo com que as moradias sejam todas padronizadas, sem as feições culturais de seus moradores. Em *Minima Moralia*, Adorno (1993) recupera este tema para

demonstrar que o estilo de vida hoje leva em conta os desígnios do mercado, que invadem as residências e pautam o jeito de viver. Afirma o autor:

Quem se refugia em apartamentos de estilo autêntico, mas cujas peças foram reunidas por compras, nada mais faz do que embalsamar-se vivo. Se o que se quer evitar, quando se muda por um hotel ou um apartamento mobiliado, é a responsabilidade de habitar, o que se faz é transformar as forçadas condições da emigração numa norma de sabedoria de vida. [...] A casa é coisa do passado. [...] Estas são como latas de conserva velhas, só servem para serem jogadas fora. [...] pertence a moral não sentir-se em casa em sua própria casa (Adorno, 1993, p. 32).

Este fragmento, entre outros, destaca a perda de limites na oferta de mercadorias, que de tão vultosa, inebria o indivíduo, ao ponto de que

a propriedade privada não pertence mais ao indivíduo, no sentido de que a abundância de bens de consumo se tornou potencialmente tão grande que nenhum indivíduo possui mais o direito de agarrar-se ao princípio da limitação de bens; e no entanto, que é preciso ter alguma propriedade se não se quer cair naquela dependência e necessidade que favorece a perpetuação das relações de posse (Adorno, 1993, p. 32).

A esperança adorniana não se estrutura como projeto sistemático, mas como fidelidade à possibilidade de redenção contida nas ruínas da experiência, uma esperança “fria”, lúcida, não reconciliada. Assim, a emancipação não é vislumbrada como superação triunfante do sofrimento, mas como um gesto insistente de resistência crítica à sua naturalização.

Isso nos leva a entender que *Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada* (Adorno, 1993) configura-se como uma das expressões mais agudas da crítica à subjetividade na modernidade capitalista. Longe de idealizar o sujeito moderno como livre, autônomo e racional, Adorno (1993) evidencia como essa subjetividade é profundamente moldada por estruturas sociais e culturais alienantes, que reduzem o indivíduo à função de adaptação e sobrevivência em uma sociedade inteiramente administrada. A experiência subjetiva, antes concebida como esfera da interioridade e da reflexão, aparece agora como fragmentada, coisificada e esvaziada, incapaz de resistir à pressão das formas sociais objetivadas.

A forma aforística da obra reflete essa condição de ruína e dispersão. Não se trata de uma estratégia meramente estilística, mas de um gesto epistemológico e ético: a dispersão formal corresponde à experiência desintegrada do sujeito, cuja totalidade já não pode ser pensada senão como violência. A síntese de Adorno (1993) no aforismo 18 – *Não há vida correta na falsa* – atravessa toda a obra, expressando a tensão entre subjetividade e sociedade; em um mundo marcado pela dominação, até mesmo os gestos mais íntimos e cotidianos como o amor, o trabalho e o pensamento são atravessados por formas de alienação. A crítica adorniana, nesse contexto, não se apresenta como programa de ação ou teoria da libertação, mas como gesto negativo, um pensamento que se recusa à reconciliação com o existente e que insiste em preservar a dor da experiência na linguagem.

Contudo, esse pessimismo radical não implica resignação. Para Adorno (1993), a possibilidade de autonomia e profundidade subjetiva não está dada, mas pode ser resgatada pela via da reflexão crítica, da resistência ao automatismo social e da recusa em repetir os padrões impostos. A subjetividade emancipada, ainda que precária, é vislumbrada justamente na recusa à adaptação total, no inconformismo, na negatividade pensante. Adorno (1993) nos alerta para a importância de manter o pensamento negativo, a capacidade de criticar sem concessões e de resistir à tentação de aceitar a realidade tal como ela é apresentada, mesmo sob promessas ilusórias de mudança rápida.

Portanto, *Minima Moralia* (Adorno, 1993) não é apenas um retrato da decadência da subjetividade, mas também um exercício filosófico de resistência, que busca manter viva a possibilidade da experiência crítica. Em meio aos escombros da cultura e às ruínas da interioridade, Adorno (1993) convoca o pensamento a permanecer fiel ao sofrimento, à memória e à utopia negativa, elementos que, mesmo sob a mais intensa coisificação, ainda testemunham a promessa de uma vida não danificada.

### **3.5 A dissolução da subjetividade no mundo contemporâneo e as manifestações da dependência do indivíduo em relação à sociedade**

Adorno (1993) destaca que, em um mundo no qual as pessoas são tratadas como meros consumidores, a autenticidade e a individualidade encontram-se constantemente ameaçadas. Sua crítica à alienação contempla uma reflexão profunda sobre a forma como as estruturas sociais e econômicas moldam nossas vidas, ao mesmo tempo em que aponta possibilidades para a resistência e a busca por autenticidade.

Escrita durante o exílio nos Estados Unidos, *Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada* (Adorno, 1993) constitui uma crítica filosófico-sociológica que combina elementos autobiográficos, análise cultural e reflexão ética. Por meio de aforismos densos e fragmentários, o autor investiga os efeitos da modernidade capitalista sobre a interioridade humana, denunciando o processo de dissolução da subjetividade e o crescimento da dependência estrutural do indivíduo diante das forças sociais objetivadas. Logo no aforismo inaugural 1 – *Para Marcel Proust* –, Adorno (1993) lança uma máxima lapidar: Para ele, uns têm que se conformar, uma vez que, de outro modo, não podem viver. O autor deixa evidente o diagnóstico de que a modernidade transformou a existência em mera sobrevivência administrada, desprovida de autenticidade e inteireza. A alienação deixa de ser apenas uma condição externa, decorrente da divisão social do trabalho, para instalar-se internamente na psiquê, de modo que o sujeito passa a reproduzir, quase reflexivamente, os imperativos da parte da sociedade que o oprime.

Adorno (1993) aponta que muitas pessoas, em especial as que ocupam posições vulneráveis ou marginalizadas na sociedade, acabam por se conformar com as condições impostas porque, sem essa conformidade, simplesmente não conseguiriam sobreviver, seja material, social ou psicologicamente. Essa conformidade não é uma escolha livre, mas uma imposição da realidade concreta e está relacionada à ideia de que o capitalismo produz uma falsa consciência e uma aceitação resignada da ordem existente, que Adorno (1993) associa à indústria cultural e à dominação social. A resistência real se torna muito difícil porque a própria estrutura social limita o horizonte das pessoas.

Adorno (1993) radicaliza a crítica marxiana do fetichismo da mercadoria ao mostrar que a coisificação invade a esfera subjetiva: para Adorno e Horkheimer (1985), na época do capital monopolista, já não é só o valor que se autonomiza, mas também o próprio indivíduo, reduzido à função de adaptação.

Assim, a subjetividade, antes portadora de negatividade crítica, degrada-se na conformidade, incapaz de resistir ou refletir sobre a totalidade social. Esse mecanismo de interiorização da dominação fora identificado por Lukács (2003) como reificação universal, e por Walter Benjamin (1987) como perda de *Erfahrung* (a experiência capaz de articular passado e presente em narrativas significativas).

No enunciado “Não há vida correta na falsa”, Adorno (1993, p. 33) aprofunda a crítica da razão instrumental desenvolvida em *Dialética do Esclarecimento* (Adorno; Horkheimer, 1985). Ao reduzir o mundo a objeto de cálculo e a subjetividade a instrumento de autoconservação, a modernidade produz aquilo que Adorno (2009) chamará, em *Dialética Negativa*, de vida danificada – o que ele considera uma experiência amputada de conteúdo qualitativo e marcada por sofrimento mudo. Nessa condição, para Habermas (2012), ser livre significa apenas operar eficientemente dentro de parâmetros pré-estabelecidos, enquanto qualquer pretensão real de autonomia é reduzida a slogan motivacional.

Assim, o aforismo inicial não se restringe a uma epígrafe literária, mas expressa a tese central de *Minima Moralia* (Adorno, 1993): a subjetividade contemporânea, corroída pela coisificação generalizada, só pode viver de modo mutilado. Reconhecer essa mutilação é o primeiro passo para a crítica negativa que Adorno (1993) propõe – um pensamento capaz de desmascarar a naturalização do sofrimento e manter viva a exigência de uma vida ainda não vivida.

Nessa dinâmica, a interioridade é corroída por três vetores principais. Primeiro, a padronização dos afetos, que reduz a complexidade emocional a respostas previsíveis – fenômeno que Adorno e Horkheimer (1985) chamam de “mecanização do consumo”. Segundo, a reificação cognitiva, que faz o pensamento abdicar da síntese crítica, funcionando como mera adequação de meios a fins, incapaz de romper com o imediato (Lukács, 2003). Terceiro, a colonização do mundo da vida, conceito de Habermas (2012), que desloca pautas éticas e comunicativas em favor da lógica sistêmica.

À medida que o indivíduo se reduz a um conjunto de reações imediatas, sua subjetividade perde a capacidade de resistência simbólica. O espaço anteriormente destinado à reflexão – como o *Inder-Zeit-Sein* de Heidegger (1995) ou a *Erfahrung* em

Benjamin (1987) – é progressivamente ocupado por um automatismo adaptativo. Nesse processo, coerente com a crítica adorniana, até mesmo a dor é estetizada, transformando-se em ornamento. O modo de vida do capitalismo tardio instaura uma forma de dominação hegemônica em que o sujeito não apenas se ajusta às normas sociais, mas passa a valorizar essa conformidade como sinal de equilíbrio psíquico e êxito pessoal. Essa constelação se articula com reflexões presentes nos aforismos “Liberdade de pensamento” e “Para uma moral do pensamento”, nos quais Adorno (1993) denuncia a degradação da linguagem e do pensamento como sintomas da perda da negatividade e da possibilidade de resistência.

Marcuse (1982) identificará anos depois essa dinâmica na figura da personalidade unidimensional, cujas necessidades são fabricadas pelo sistema. Adorno (1993) antecipa esse diagnóstico ao mostrar que a recusa em se adaptar a qualquer coisa que não seja o mundo significa a clausura da imaginação utópica (capacidade de conceber um mundo radicalmente diferente daquele que vivemos, mais justo, livre, solidário e emancipado das estruturas de dominação). A experiência interior, destituída de negatividade, converte-se em espelho acrítico da exterioridade, naturalizando a dominação e impossibilitando qualquer projeto emancipatório.

Em sintonia com o aforismo 18 – *Asilo para desabrigados* –, Adorno (1993) evidencia a dimensão psicossocial da alienação na modernidade: a privação da individualidade, circunscrita ao âmbito da vida privada, atua no mais íntimo da vida dos indivíduos. Os cenários onde vivem, os estilos das moradias, as formas de mobiliário, adquirir e se livrar dos bens demonstra uma subjetividade enfraquecida, desprovida de distanciamento crítico, que acaba por reforçar as estruturas que a oprimem. Para ele, cabe à crítica interromper esse ciclo de conformismo, restituindo ao pensamento sua potência negativa (condição indispensável para a reconstrução da autonomia e da dignidade humanas).

Essa dependência subjetiva não se limita às estruturas econômico-institucionais, mas penetra as esferas mais íntimas da existência, apropriando-se até mesmo do ideal de liberdade. No aforismo 39 – *O ego é o id* –, Adorno (1993) relaciona o desenvolvimento da psicologia com a ascensão do indivíduo burguês. Vejamos o que ele ressalta em sua máxima:

**Quadro 16 – Aforismo 39: “O ego é o id”**

Se toda psicologia desde a de Protágoras enalteceu o homem por meio do pensamento de que ele é a medida de todas as coisas [...] [mas] [...] por outro lado ela, com isso, fez dele, desde o começo, um objeto, um material de análise, e tendo situado o próprio homem entre as coisas, deixou-o entregue à nulidade destas. A recusa da verdade objetiva através do recurso ao sujeito implica a própria negação deste último: não resta nenhuma medida para a medida de todas as coisas, que sucumbe à contingência e se torna uma inverdade.

**Fonte:** Adorno (1993, p. 54).

Assim, o sujeito da psicologia transforma-se em objeto de seus métodos, classificável como os objetos que lhe rodeiam. Além disso, a psicanálise, por sua vez, “afasta a personalidade como uma mentira vital, como a suprema racionalização, que mantém integradas as inúmeras racionalizações graças às quais o indivíduo leva a cabo sua renúncia e submete-se ao princípio da realidade” (Adorno, 1993, p. 55). Refém da ciência que classifica, mensura e define, o homem moderno torna-se objeto, aprisionado, sofredor e desamparado, de modo a serem explorados sem sentir as dores deste processo. Dessa forma, Adorno (1993) ratifica que a autodeterminação do indivíduo se torna impossível, ao mesmo tempo em que é exigida. Essa sentença revela a dialética perversa da modernidade capitalista: quanto mais o discurso hegemônico exalta o indivíduo como “empreendedor de si”, mas o submete a condições materiais e simbólicas que impedem qualquer autonomia real. A liberdade, transformada em imperativo ideológico, torna-se instrumento de controle social. Nesse contexto, o sujeito deve constantemente provar sua autossuficiência, apesar de estar estruturalmente subordinado a lógicas de mercado, disciplinares e culturais.

Essa contradição fora antecipada por Max Weber (2004), que demonstrou como a ética protestante impôs a auto responsabilização diante de forças sistêmicas. Adorno e Horkheimer (1985) radicalizam o diagnóstico ao mostrar que o ideal de autonomia (promessa emancipatória do Iluminismo) se converte em mecanismo de culpabilização: para eles, o fracasso deixa de ser efeito de desigualdades estruturais para ser falha moral do indivíduo.

Essa dependência paradoxal manifesta-se também na cultura de massa, que oferece modelos prontos de “autenticidade” e “sucesso” (séries, manuais de autoajuda, redes sociais etc.), todos pautados pela lógica mercadológica. Marcuse (1982) denunciará

esse fenômeno ao falar da “personalidade unidimensional”, que internaliza valores sistêmicos como se fossem escolhas pessoais. Assim, o apelo à autonomia funciona como ideologia de legitimação, consolidando a dominação ao proclamar a liberdade dos dominados.

Para Adorno (2009), romper esse ciclo exige a reabilitação da negatividade crítica: a consciência deve reconhecer a não-liberdade que atravessa a vida cotidiana e, a partir daí, recusar a identificação complacente com a ordem vigente. Só assim a palavra “autonomia” recupera seu sentido profundo não como autoajuste às exigências sistêmicas, mas como capacidade de negar o que é, em nome do que ainda não pode ser vivido.

No plano cultural, a indústria cultural configura-se, para Adorno e Horkheimer (1985), como um dos mecanismos centrais de manutenção da dependência subjetiva, produzindo o rebaixamento do espírito crítico. Nesse contexto, o pensamento é deformado pela pressão da comunicação; ao ser compelido a produzir efeitos, ele trai sua própria verdade. Sob a lógica midiática, pensar deixa de ser investigação autônoma para transformar-se em atividade performativa, regulada por índices de impacto, audiência e utilidade imediata. Essa pressão instala um vocabulário padronizado que esvazia o conteúdo semântico e afetivo das palavras, conforme já apontado em *Dialética do esclarecimento* (Adorno; Horkheimer, 1985).

O efeito é duplo: primeiro, a linguagem torna-se homogênea, impedindo diferenciações conceituais complexas; a subjetividade é colonizada por repertórios afetivos pré-fabricados, minando a capacidade de formular juízos não mediados pela mercadoria. Essa dinâmica evidencia-se no aforismo 10 – *Separados-Unidos* –, no qual Adorno (1993, p. 24) observa que até os sentimentos mais íntimos são modelados segundo os padrões de consumo. Assim, a vida interior deixa de ser refúgio crítico para tornar-se apêndice do sistema de trocas, reproduzindo valores de eficiência e competitividade na esfera dos afetos. A mercantilização do sentir promove uma alienação reflexiva: o indivíduo percebe e expressa suas emoções a partir de roteiros culturais externos, neutralizando qualquer distanciamento crítico capaz de abrir espaço à emancipação.

Essa análise converge com a denúncia de Marcuse (1982) sobre a personalidade unidimensional, formada pela introjeção de necessidades e desejos socialmente produzidos e antecipa a noção de colonização do mundo da vida desenvolvida por Habermas (2012). Em todos os casos, a cultura de massa opera como mecanismo de integração coercitiva, transformando arte, pensamento e emoção em mercadorias intercambiáveis e assegurando que a subjetividade permaneça funcional à ordem vigente.

A colonização do sujeito diagnosticada em *Minima Moralia* (Adorno, 1993) ressoa, anos depois, na teoria habermasiana da colonização do mundo da vida. Enquanto Adorno (1993) descreve como as formas sociais objetivadas se infiltram na psique, anulando o espaço de reflexão e autonomia, Habermas (2012) revela que a racionalidade sistêmica – mercado e poder administrativo – invade e subordina as esferas comunicativas cotidianas, desestruturando o tecido simbólico da reprodução cultural, da integração social e da socialização. Ambos os autores convergem no diagnóstico do esvaziamento da experiência subjetiva autêntica, mas divergem quanto aos caminhos para sua superação.

Adorno (2009) sustenta que toda pretensão de reconciliação é prematura: a única atitude filosófica legítima é a negatividade crítica, entendida como recusa incondicional à identificação com o existente. Em *Dialética Negativa*, Adorno (2009) insiste que não há caminho que conduza diretamente da dominação à reconciliação. Já Habermas (2012) aposta no potencial emancipatório da comunicação intersubjetiva, defendendo que a normatividade gerada pelos participantes, livre de coerção, pode recompor a racionalidade prática. Ainda assim, ele reconhece que essa possibilidade exige a neutralização constante dos imperativos sistêmicos, e aponta que os subsistemas do dinheiro e do poder tendem a desencadear uma dinâmica própria que ameaça destruir as bases comunicativas da forma de vida.

Assim, enquanto Habermas (2012) vislumbra, na razão comunicativa, um horizonte de integração não alienada, para Adorno (2009) tal horizonte permanece bloqueado pela lógica totalizante do capital e pela interiorização da dominação. A convergência entre ambos reside no diagnóstico do dano infligido à subjetividade; a

separação está na confiança, ou desconfiança, de que o diálogo possa, por si só, reverter esse processo.

### **3.6 Impacto da objetificação do homem no capitalismo avançado, elucidando seus efeitos no plano pessoal e social**

A objetificação do homem no capitalismo avançado representa um fenômeno crucial para compreender as profundas transformações e contradições que marcam a subjetividade contemporânea. Esse processo é caracterizado por Adorno e Horkheimer (1985) como redução do indivíduo a uma “coisa”, ou seja, um mero objeto ou função subordinada à lógica instrumental e funcional do sistema capitalista, acarretando a perda de sua singularidade e da capacidade autônoma de ação e reflexão crítica.

Na análise da Escola de Frankfurt, especialmente em Adorno (1995), a objetificação, também denominada coisificação, é vista como consequência direta da racionalidade instrumental que permeia o capitalismo avançado. Essa racionalidade transforma as relações humanas em relações coisificadas, nas quais o valor do sujeito é calculado em termos de sua utilidade econômica e funcionalidade dentro do sistema, esvaziando, assim, a dimensão ética e crítica da existência. Adorno (1995) afirma que o indivíduo é reduzido à função de adaptação a um mundo objetivado, onde a interioridade se fragmenta e se torna incapaz de resistir à lógica dominante.

Essa redução do sujeito à condição de objeto implica também uma alienação profunda. O indivíduo não é apenas tratado como coisa pelos demais, mas internaliza essa condição, reproduzindo e naturalizando os imperativos da ordem capitalista em sua própria subjetividade (Lukács, 2003). Lukács (2003) denomina este fenômeno de “reificação”, processo pelo qual as reações sociais mediadas pelo capital tornam-se coisas objetivas, e essa objetivação invade o campo da consciência individual, levando à fragmentação da experiência e à perda da capacidade reflexiva e transformadora.

Walter Benjamin (1987) complementa essa crítica ao destacar a perda da *Erfahrung* no capítulo *O Narrador*, ensaio no qual se discute a experiência como sendo

capaz de integrar passado e presente, em narrativas significativas, que dão sentido à vida humana. A objetificação provoca uma ruptura com essa experiência integral, fragmentando a vida em momentos descontínuos e desconectados, impedindo, assim, a formação de uma subjetividade autêntica.

Em síntese, a objetificação do homem no capitalismo avançado transcende uma mera condição social externa e atinge o núcleo da subjetividade, comprometendo a autonomia do indivíduo e sua capacidade de crítica, ação e transformação. Tal fenômeno constitui uma das principais contradições da modernidade capitalista, exigindo uma crítica radical e a busca por formas de resistência que restabeleçam a dignidade e a integralidade da vida humana.

No plano pessoal, essa objetificação se traduz em uma alienação profunda e multifacetada. Adorno e Horkheimer (1985) destacam que o sujeito é inserido em estruturas sociais que exigem adaptação passiva a padrões externos impostos pela lógica capitalista, o que resulta na coisificação das emoções, pensamentos e desejos. Tal condição compromete a integridade da subjetividade, fragmentando-a e incapacitando-a de exercer uma resistência crítica eficaz diante das condições de dominação social.

Adorno (1993) conceitua essa condição como “vida danificada” (*beschädigtes leben*), uma existência atravessada por sofrimento e mutilação subjetiva que impede a vivência autêntica e plena. A interioridade do indivíduo é invadida pela racionalidade instrumental, que valoriza a eficiência, a produtividade e o consumo em detrimento da autenticidade e do autoconhecimento. Essa lógica instrumental reduz o sujeito a mero executor de funções econômicas e sociais, relegando suas experiências internas a uma dimensão vazia, alienada e mecanizada.

Essa forma de alienação subjetiva manifesta-se em sensações recorrentes de vazio interior, angústia e afastamento de si próprio, sintomas de uma incapacidade crescente de exercer pensamento crítico ou se desvincular das coerções sociais dominantes. Conforme analisam Adorno e Horkheimer (1985), a indústria cultural e o predomínio da racionalidade técnico-instrumental contribuem para uma conformidade passiva, moldando indivíduos adaptados e funcionais às exigências do sistema. Nesse processo, o sujeito é reduzido a objeto de sua própria existência, sofrendo um esvaziamento de sua

dimensão humana, o que compromete tanto a autonomia reflexiva quanto a possibilidade de resistência. O resultado é uma vida cotidiana marcada pela fragmentação da experiência e pelo sofrimento psíquico decorrente da reificação da própria subjetividade.

No plano social, a objetificação amplia desigualdades e fortalece relações hierárquicas e opressivas. Lukács (2003) explica que o capitalismo transforma relações humanas em meras relações de mercado, reduzindo o valor dos indivíduos à sua utilidade econômica ou funcional. Essa mercantilização subordina o reconhecimento e a dignidade das pessoas à lógica do capital, fortalecendo exclusão e diferenciação social.

Essa transformação estrutural fragmenta os laços comunitários, gerando perda da solidariedade e do sentido de pertencimento. Relações baseadas em confiança e reciprocidade dão lugar a conexões mediadas pelo interesse econômico e troca mercantil (Marcuse, 1982). A instrumentalização das relações interpessoais dificulta vínculos autênticos e enfraquece a coesão social, tornando a sociedade vulnerável a crises de desintegração e alienação.

Além disso, a lógica instrumental invade a esfera pública, inviabilizando a constituição de espaços críticos e democráticos para o debate racional e a participação cidadã. Habermas (2012) destaca que o capitalismo avançado coloniza o “mundo da vida”, subjugando as esferas comunicativas à lógica sistêmica do mercado e da administração, diminuindo a capacidade de ação comunicativa livre e de construção coletiva de normas sociais. Portanto, a objetificação social restringe oportunidades individuais e compromete os fundamentos de uma vida pública democrática e emancipatória.

Assim, a objetificação social se revela como mecanismo estrutural que reforça desigualdades, fragmenta laços sociais e obstrui a formação de uma esfera pública crítica necessária à resistência e transformação social.

Ademais, a objetificação tem papel central na disseminação da cultura de massa, que, segundo Adorno e Horkheimer (1985), padroniza e homogeneiza modos de vida, formas de pensamento e gostos culturais, reduzindo significativamente a diversidade cultural. Essa homogeneização impede o surgimento de perspectivas críticas e

alternativas, formando uma subjetividade conformista e passiva diante das estruturas dominantes.

A indústria cultural funciona como mecanismo eficaz de controle social ao transformar a produção e o consumo cultural em processos mercadológicos. Assim, reduz arte e cultura a mercadorias cujo valor depende da capacidade de gerar lucro e audiência, não do potencial crítico ou emancipatório (Adorno; Horkheimer, 1985). Essa mercantilização aliena, pois os indivíduos consomem produtos que reforçam estereótipos e clichês, em vez de estimular reflexão e crítica social.

Essa dinâmica consolida conformidade e conformismo social, oferecendo falsa sensação de escolha e liberdade cultural, quando as opções disponíveis são limitadas e manipuladas para preservar *o status quo*. A crítica de Adorno e Horkheimer (1985) antecipa debates atuais sobre a influência dos meios de comunicação e plataformas digitais na formação da opinião pública e reprodução das desigualdades simbólicas, evidenciando que a cultura de massa não apenas entretém, mas subjuga e limita a capacidade emancipatória do indivíduo.

Finalmente, a objetificação do homem no capitalismo avançado representa um desafio ético e político fundamental que exige resposta crítica, profunda e transformadora. Superar essa condição requer resgatar a capacidade do sujeito de se reconhecer não como mero objeto funcional, mas como agente autônomo, capaz de reflexão crítica, ação consciente e intervenção social (Marcuse, 1982). Esse resgate demanda crítica radical e sistemática das estruturas sociais, econômicas e culturais que sustentam a coisificação, identificando os mecanismos que fragmentam e subjagam a subjetividade.

Marcuse (1982) em sua análise da sociedade unidimensional destaca a necessidade de valorizar formas de vida e relações sociais que afirmem dignidade humana e solidariedade, rompendo com a lógica instrumental do capitalismo avançado. Propõe criar espaços de resistência onde imaginação crítica e potencial emancipatório possam emergir, possibilitando novas configurações sociais baseadas em liberdade, justiça e participação democrática.

Essa perspectiva ética e política dialoga com a tradição crítica da Escola de Frankfurt, que vê na negatividade do pensamento crítico a possibilidade de romper com a naturalização da dominação e abrir caminho para alternativas ao sistema vigente (Adorno, 2009). Assim, superar a objetificação não é tarefa apenas individual, mas um projeto coletivo que requer mobilização social para transformar radicalmente as condições que cerceiam a autonomia humana e reduzem a experiência subjetiva.

A obra *Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada* (Adorno, 1993) constitui-se como um ponto de inflexão para a compreensão crítica da subjetividade sob a égide do capitalismo avançado. O título já indica a dimensão trágica da existência contemporânea: uma “vida danificada” (*beschädigtes Leben*), fragmentada, marcada por uma constante sensação de perda e mutilação, resultado da interiorização da coisificação e da racionalidade instrumental. A obra revela ainda como essa condição afeta profundamente as formas do sentir, pensar e agir.

A fragmentação e a automatização da subjetividade decorrem da interiorização dos processos de dominação externa, fazendo com que o sujeito não apenas reproduza, mas também legitime os valores e imperativos de um sistema que o oprime. Adorno (2009) insiste que a emancipação não pode ocorrer sem a ruptura radical desse circuito de adaptação, o que ele denomina de pensamento negativo, uma reflexão que não busca síntese conciliatória, mas que permanece na tensão crítica da negação, mantendo viva a consciência do dano e da injustiça: para Adorno (2009), o pensamento negativo é a negação da negação, uma recusa que impede a conformação.

Além disso, *Minima Moralia* (Adorno, 1993) denuncia a invasão da racionalidade instrumental em todos os aspectos da vida, desde a esfera pública até o âmbito mais íntimo. No aforismo 40 – *Falar sempre, pensar nunca* –, Adorno (1993) traz uma reflexão a respeito da ética do pensamento, na qual ele observa que o pensamento é deformado pela pressão da comunicação; ao ser compelido a produzir efeitos, ele trai sua própria verdade. A subjetividade é assim colonizada pela lógica da cultura de massa, que impõe modelos padronizados de comportamento, sentimento e pensamento, impedindo a emergência de juízos independentes e críticas genuínas.

Adorno (1993) critica tanto a ingenuidade que aceita o mundo como ele é quanto a espreiteza cínica que abandona a reflexão crítica. Ele propõe uma ética do pensar baseada na dialética, que não dilui o particular no geral, nem resolve artificialmente as contradições. O pensamento verdadeiro é aquele que, sem ponto fixo, se mantém na tensão entre o sujeito e o objeto, recusando tanto a resignação quanto o dogmatismo.

No aforismo 10 – *Separados-unidos* – vemos que essa mercantilização invade até mesmo os espaços mais privados, mostrando que até os sentimentos mais íntimos são modelados segundo os padrões de consumo. A vida interior deixa de ser um refúgio para a reflexão crítica e a resistência, transformando-se em extensão do sistema mercantil, no qual a mercadoria não é apenas coisa, mas modelo de existência. Em síntese, Adorno (1993) denuncia a degradação da subjetividade e das relações íntimas sob o capitalismo, em que nem mesmo o amor escapa da lógica instrumental, e a instituição do casamento se transforma em palco da alienação afetiva e da reificação dos vínculos humanos.

Dessa forma, *Minima Moralia* (Adorno, 1993) amplia a crítica da Escola de Frankfurt ao enfatizar que a dominação no capitalismo avançado não é apenas uma relação de forças externas, mas um processo complexo e profundo que fragiliza a subjetividade, condicionando o pensamento, o sentir e o agir a uma conformidade quase automática. O danificado da vida não é apenas o indivíduo que sofre opressão, mas aquele que, em sua própria interioridade, reproduz a lógica da opressão, o que torna a emancipação uma tarefa dialética e difícil. Para Adorno (1993), a experiência vital está comprometida, corrompida, mutilada.

Portanto, a obra convida a uma vigilância crítica permanente, que não se contente com explicações simplistas ou otimismo acrítico, mas que reconheça a extensão da coisificação para pensar caminhos de resistência. A negatividade crítica adorniana é, nesse sentido, uma exigência ética e filosófica para que se mantenha viva a possibilidade de uma vida que ainda não foi vivida, um convite para a reconstrução da subjetividade, a partir da crítica profunda das estruturas sociais, econômicas e culturais que a fragmentam.

### 3.7 Teoria crítica “*versus*” pensamento decolonial: crítica aos fundamentos da modernidade ocidental

Embora surjam de contextos históricos e geográficos radicalmente diferentes (a Europa pós-guerra e a América Latina pós-colonial), a teoria crítica e o pensamento decolonial convergem em uma crítica devastadora aos fundamentos da modernidade ocidental. Podemos analisar essa relação em três eixos principais: a crítica à razão instrumental, a crítica ao sujeito moderno e a visão alternativa de mundo.

Ao longo dessa dissertação, temos demonstrado que Adorno, desde sua parceria com Horkheimer (1985) argumenta que o projeto da modernidade, baseado no “Esclarecimento” (Iluminismo), contém uma semente de autodestruição, pois apoia-se na razão instrumental, que só valoriza os conhecimentos que servem para dominar e explorar a natureza (humana e não-humana), transformando tudo em objeto, número e recurso. Esse processo leva ao fascismo, ao Holocausto e à indústria cultural, que é a dominação da cultura pela lógica da mercadoria.

Por outro lado, o *perspectivismo ameríndio*, defendido por Viveiros de Castro (2002; 2012) se contrapõe à lógica ocidental, pois enquanto a ciência moderna organiza-se a partir de uma ótica objetiva e universal, o pensamento ameríndio enxerga sentido nas subjetividades das múltiplas culturas, que forjam diferentes cosmologias. Dessa maneira, o *perspectivismo ameríndio* compreende que todos os seres têm alma, cultura e intencionalidade e múltiplas naturezas e espíritos. Essa orientação é uma crítica radical à razão instrumental: a natureza não é um recurso inerte, mas um conjunto de sujeitos com os quais se mantêm relações.

O pensamento teórico decolonial de Aníbal Quijano (2004) e Maria Lugones (2008) introduz o conceito de colonialidade do poder/saber/ser. A modernidade ocidental se sustenta na colonialidade intrínseca que lhe dá forma. A ideia de um “sujeito universal”, dotado de racionalidade, branquitude, masculinidade, e situado geograficamente no norte global, foi construída em oposição aos “outros” colonizados, vistos como irracionais, selvagens, inferiores, porque próximos à natureza. A razão universal é, portanto, uma razão localizada e imposta como universal através da violência

colonial. A perspectiva adorniana e a do horizonte crítico decolonial convergem no projeto de questionamento da pretensão de universalidade do sujeito moderno. Para Adorno (1993; 1995; 2005; 2009; 2020), é uma universalidade falsa que esconde dominação e repressão. Para os decoloniais, é uma universalidade que esconde um particularismo europeu colonizador.

Por conseguinte, a busca por uma alternativa de “não-identidade *versus* pluriverso”, se apresenta naturalmente. A saída proposta por Adorno (2009) não é abandonar a razão, mas levá-la a um nível de autorreflexão que permita reconhecer o que ela excluiu: o não-idêntico que não se encaixa nos conceitos universais, tudo que é particular, diferente, negado e reprimido pela lógica de dominação. Sua filosofia é um constante apelo à atenção para o que foi violentamente omitido pelo sistema.

Ao mesmo tempo, as teorias decoloniais propõem o “pluriverso” como alternativa ao universo homogeneizante da modernidade. Um mundo onde muitos mundos cabem, baseado na coexistência de conhecimentos, cosmovisões e modos de vida diferentes, sem que um seja imposto como superior aos outros. O “perspectivismo” e o “bem viver” são exemplos concretos desses “outros mundos” possíveis.

Em vista disso, afirmamos que ambas as tradições buscam valorizar e dar voz ao que foi marginalizado, silenciado e negado pelo projeto único da modernidade ocidental. O “não-idêntico” de Adorno (1995; 2009) ecoa fortemente na luta decolonial pelo reconhecimento do pluriverso de saberes e existências. Portanto, é crucial notar que há diferenças de origem e ênfase. Para Adorno (2009), a raiz do problema está numa dialética interna à própria razão ocidental. Para os decoloniais, a raiz está na colonialidade, ou seja, na relação de dominação da Europa sobre o resto do mundo. São diagnósticos que se complementam, mas partem de lugares diferentes.

Ressaltamos que a teoria de Adorno (2009) é profundamente crítica e negativa, no sentido de definir o que não deve ser, mas sem propor um modelo positivo fechado. Ela é cautelosa em relação a qualquer utopia, pois vê nelas o risco de repetir a dominação. Já as prerrogativas do *bem viver* e do *perspectivismo* são, em grande medida, propostas positivas e afirmativas de organização social e relação com o mundo, vindas de tradições

concretas e milenares. Por sua vez, a crítica decolonial coloca os povos colonizados como sujeitos centrais de sua narrativa e de sua libertação.

Embora a teoria crítica clássica parta majoritariamente de um cânone e uma experiência europeia, o horizonte crítico da dialética negativa de Adorno (2009) guarda uma forte e produtiva relação com as teorias decoloniais. Elas são como duas poderosas lentes que, apontadas para o mesmo problema – a crise da modernidade –, revelam facetas diferentes, mas complementares. Ao mesmo tempo, oferece as ferramentas para uma crítica imanente aos conceitos centrais da modernidade – razão, sujeito, progresso. As teorias decoloniais radicalizam e deslocam essa crítica, mostrando que esses conceitos são indissociáveis do projeto colonial e que as alternativas não precisam ser inventadas do zero, mas podem ser aprendidas com aqueles que sempre resistiram a esse projeto e propuseram outros modos de existir.

Juntas, elas formam um arsenal teórico poderosíssimo para questionar não apenas a economicidade da vida, mas a própria estrutura cognitiva e ontológica do mundo moderno-colonial.

#### 4 EDUCAÇÃO PARA QUÊ? REFLEXOS DA DESSUBJETIVAÇÃO DO SUJEITO NA ESFERA EDUCATIVA

O quadro geral até aqui apresentado dá conta, inicialmente, de esboçar o “cenário cinza” da cultura contemporânea, segundo a abordagem de Theodor Adorno (1993; 1995; 2005; 2009; 2020). Contudo, ao tempo em que a indústria cultural cumpre a função de promover a dominação dos grupos por meio da lógica da validade das aparências, alavanca a abertura para questões importantes que, embora já bastante discutidas, cabem ainda no debate filosófico, especialmente em função da extrema necessidade de saídas que se apresentem eficazes nas diferentes esferas da vida, saídas essas que se veem embaraçadas na falta de perspectivas alentadoras para o fazer cotidiano, para nossas atuações profissionais e, até mesmo, no plano científico, que alimentem um pensamento capaz de nos permitir compreender o momento presente.

No cerne das reflexões que tentam explicar os mecanismos castradores da autonomia, a posição de Adorno e Horkheimer (1985, p. 119) se faz central, já que para eles a indústria cultural, que “atrofia a imaginação e a espontaneidade do consumidor cultural”, é sempre um referencial importante. Segundo Martin Jay (1988), leitor de Adorno, a indústria cultural investe na destruição da crítica. É, portanto, predisposta à reafirmação da sociedade em seu molde atual, destituído de crítica, ao mesmo tempo em que se encontra dotada de um excesso de opinião<sup>6</sup>.

A tônica que constitui a subjetividade contemporânea é a lógica da dialética racionalidade x irracionalidade, quer dizer, existe uma organização racional constituidora de padrões e meios de divulgação do produto cultural, que, enquanto age, esvazia as possibilidades emancipatórias e críticas dos sujeitos. Esta “racionalidade” equivale aos

---

<sup>6</sup> A diferença entre opinião e crítica está principalmente no grau de profundidade e fundamentação de cada uma. A opinião é uma manifestação pessoal, subjetiva, que expressa gostos, sentimentos ou percepções individuais sobre determinado assunto, sem necessariamente apresentar justificativas ou argumentos sólidos. Já a crítica envolve uma análise mais estruturada e reflexiva, baseada em critérios objetivos, conhecimento técnico ou comparações relevantes, com o intuito de avaliar os aspectos positivos e negativos de algo. Enquanto a opinião pode ser espontânea e emocional, a crítica exige embasamento, coerência e intenção de contribuir para o entendimento ou aprimoramento do objeto analisado. Em resumo, toda crítica contém uma opinião, mas nem toda opinião pode ser considerada uma crítica. (Chauí, 1997)

propósitos da indústria cultural que visa imprimir um clima cultural geral de irracionalidade.

O grave lamento dos frankfurtianos nos permite, a partir de seus próprios argumentos, encontrar vieses à compreensão de tensões contemporâneas. Entre estas, destacamos a questão da construção da emancipação do homem, delegada a várias esferas e instituições modernas, nenhuma delas dando conta de apresentar resultados alentadores.

Da esfera da educação, pela amplitude de suas possibilidades, espera-se muito. Adorno (2020) defendeu algumas posturas através das quais a educação poderia ser uma alavanca importante para a afirmação da emancipação humana, atribuindo certas funções e defendendo um olhar engajado por meio do qual se pudesse lutar pela extinção do espírito da barbárie.

Contudo, sabemos que a ideia de uma formação para a autonomia engloba elementos que extrapolam o nível da prática individual de professores e alunos. Estes agentes são envolvidos em aspectos políticos, econômicos e culturais do meio onde operam, sofrendo com as interveniências dos sistemas, que são também norteados por aspectos filosóficos e políticos igualmente determinados.

Os debates sobre o cenário educacional, dos meios e fins educativos, dos aspectos sociológicos, antropológicos e pedagógicos que perpassam a escola como *locus* de formação privilegiado são inúmeros. Segundo constata Filipe Ceppas (2003, p. 8), “no século XX, as análises sociológicas de problemas relativos à formação, produção intelectual, cultura e sociedade ganharam maior sistematicidade e relevo, ainda que a filosofia nunca tenha deixado de tematizá-los”. As teorias pedagógicas, por sua vez, têm se valido da filosofia para tentar lançar alguma luz sobre o cenário educacional, elaborando conceitos e definindo práticas a partir de certos enfoques filosóficos.

Filipe Ceppas (2003, p. 73), falando especificamente sobre o ensino de filosofia, defende que o potencial da teoria crítica pode contribuir para a melhoria da formação, aumentando, assim, as possibilidades de se imprimir, no ensino, o critério da crítica, indispensável para as transformações qualitativas do processo formativo:

Ao enfrentar a questão do esclarecimento e da emancipação, a teoria crítica (de Adorno) ajuda diretamente, portanto, na reflexão de propostas de ensino [...]

que pretendem enfrentar [...], nos limites do trabalho docente, o problema das promessas não cumpridas de aperfeiçoamento humano associados à formação (*Bildung*), enquanto processo cultural sistemático de apreensão, síntese e realização de valores herdados e em constante transformação; processo no qual se pode reconhecer, historicamente, e ao menos nominalmente, o predomínio da valorização da razão e do pensamento crítico. Acima de tudo, enquanto esforço sistemático de trabalho intensivo com uma noção de crítica que se quer própria ao estágio atual da reflexão filosófica, o pensamento [...] pode interessar mais de perto, evidentemente, a professores e pensadores que ainda esperam encontrar nesta noção um apoio conceitual relevante para a teoria e a prática do ensino.

Ele destaca a importância da Teoria Crítica, especialmente o pensamento de Adorno (2020), para repensar o papel da educação diante das promessas não cumpridas da *Bildung* – formação cultural e humanista. Ao denunciar a racionalidade instrumental e a alienação do sujeito, Adorno (2020) oferece uma crítica que permite refletir sobre práticas pedagógicas voltadas à autonomia e à emancipação.

Nesse contexto, a educação deixa de ser um simples instrumento de reprodução do sistema e passa a ser concebida como espaço de resistência, onde o pensamento crítico deve ser resgatado como elemento central. Para educadores comprometidos com a transformação social, o pensamento adorniano oferece base conceitual relevante e atual, reafirmando que ensinar é, acima de tudo, um ato de resistência e crítica.

#### **4.1 A condição do indivíduo no mundo contemporâneo: reflexos no ensino de humanidades**

A obra *Minima Moralia* aparece pela primeira vez em 1951, tendo sido escrita entre os anos de 1944 e 1947. Em um emaranhado de 153 aforismos, Adorno (1993) mergulha vertiginosamente na crítica à nova barbárie que toma conta do mundo contemporâneo, produzindo danificação à vida e às relações, e comprometendo, até mesmo, as esperanças de um futuro dignamente humano. Eventos como a *shoah* e a Segunda Guerra mundial indicam que “a humanidade, em vez de entrar em um estado verdadeiramente humano, está se afundando em uma nova espécie de barbárie” (Adorno, 1993, p. 11). Frente às

evidências de uma “vida danificada”, Adorno (1993) entende que não é possível tratar teoricamente as questões nos moldes em que a ciência atua, com formalidade neutra, e segundo uma metodologia passiva frente aos fenômenos do dia a dia. Dessa maneira, na obra *Minima Moralia*, opta pelo aforismo e sua feição dialética, almejando a produção de uma experiência de leitura cujo gênero textual, segundo Lee (2019, p. 9),

[...] estaria em tensão concreta com a forma socialmente predominante, sendo capaz de superar, assim, as suas limitações e violências. Nesse sentido, Adorno buscaria nessa experiência, boa, o estabelecimento de um ponto de sustentação para a crítica das tendências sociais hegemônicas, más, ensejando aí a abertura para processos de reinformação social, de superação e transformação da forma de vida atual.

A obra entrega nos diversos relatos, ou constatação das transformações recentes, um diagnóstico do tempo presente, na forma como a civilização atual se apresenta. Debruça-se sobre aspectos da vida ordinária, tanto no âmbito privado quanto público, enumerando os desdobramentos no meio intelectual, profissional, na cultura e nas esferas da produção e do consumo. Faz ecoar, assim, apontamentos sobre a reificação, como presença fatal e permanente, que anula os veios da emancipação, planificando as visões de mundo pela ótica da indústria cultural, que alcança a todos, produzindo uma homogeneidade nas formas de pensar e de agir.

O sujeito, assim, comparece com uma singularidade partida, que não se inscreve em noções coletivas como “espírito”, “classe”, “massa” ou “partido”, e sim como indivíduo reduzido à condição de pária social. As *Minima Moralia* (Adorno, 1993) recusam o modelo lógico e apriorístico do sujeito do iluminismo, centrado, unificado, dotado da capacidade racional, de consciência e de ação desde o nascimento e ao longo de sua existência. Dessa forma, descentrado e não fixo, o sujeito mergulha na inteira incapacidade de se pronunciar e narrar a “experiência espiritual” do mundo contemporâneo.

A teoria crítica da sociedade, encampada pelos frankfurtianos, compreende os efeitos do desenvolvimento tecnológico como parte da tragédia civilizatória que se impôs sobre a humanidade, na medida em que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nos

séculos XIX e XX ampliou o escopo da dominação da natureza, tanto a física quanto a humana. O progresso técnico-científico produziu uma nova forma de racionalidade, em que a própria tecnologia passou a ter vida própria, enquanto a esfera humana passou a ser controlada pelas máquinas. A tese que Adorno e Horkheimer (1985, p. 11) buscam sustentar é que, “do mesmo modo que os mitos já levam a cabo o esclarecimento, assim também o esclarecimento fica cada vez mais enredado, a cada passo que dá, na mitologia”

Para encontrar o ponto de contato entre o esclarecimento e o mito deveremos, portanto, descartar a noção de órbita, cuja imagem nos aponta uma aparência de que um está distante do outro. No entanto, a teia narrativa de Adorno e Horkheimer nos mostra que esclarecimento, inicialmente, nada mais é do que a força de dominação da natureza. Por isso ele não poderia abdicar de uma forma de conhecimento que lhe fosse demonstrativa das possibilidades de intervenções sobre a natureza. As ciências são o principal braço dos projetos de intervenção, e como manifestação histórica moderna afinada ao esclarecimento, devem operar sobre a natureza desencantada.

Uma forma de apreensão do mundo que esteja em sintonia com a dominação da natureza não pode ser outra, senão aquela que ordena seu objeto segundo critérios racionais de seu controle. Toda realidade se submete ao princípio totalitário da organização administrável, que, imperialista, se impõe como regra de pensamento, e como tal, demonstra:

a credulidade, a aversão à dúvida, a temeridade no responder, o vangloriar-se com o saber, a timidez no contradizer, o agir por interesse, a preguiça nas investigações pessoais, o fetichismo verbal, o deter-se em conhecimentos parciais (Adorno; Horkheimer, 1985, p. 19).

O modelo de conhecimento validado pela modernidade ocidental, que privilegia os métodos em vez dos fins e valida a identificação entre sujeito e objeto como mecanismo de síntese última e verdadeira do real, anula o pensamento negativo e inaugura uma fase do movimento histórico em que se processa a dissolução do sujeito – que não é mais em si –, embora ele ainda acredite ser autônomo, consciente de sua situação social e independente dos processos a que se ver envolvido.

No que se refere à educação, infere-se que Adorno (2020) não pretendeu elaborar uma teoria a ser aplicada ao ensino com a amplitude e o alcance de um método articulado, com início, meio e fim. Mas seu legado, como um dos ideólogos da Teoria Crítica, nos oferece uma excelente oportunidade de abordagem das questões relacionadas ao ensino e à educação de forma crítica e profunda.

Adorno e Horkheimer (1985), a partir da *Dialética do Esclarecimento*, articulam uma crítica radical ao modelo da racionalidade instrumental, identificando os mecanismos de dominação instaurados pela indústria cultural. A análise da cultura aprofunda-se nas obras posteriores, abordando questões da vida prosaica no capitalismo tardio, circunstanciado pela condição de exílio vivenciado em razão dos pavores do holocausto. Essa experiência colocou Adorno frente a frente com a mecânica dos desenvolvimentos de uma indústria altamente avançada, incrustada em todos os âmbitos da vida humana, inclusive na esfera cultural. Assim, Adorno (2020) estende sua crítica aos modelos educativos, por entendê-los como reprodutores da barbárie, produto do capitalismo tardio através da indústria cultural, a qual produziu e da qual se vale.

Tal crítica fundamenta-se em conceitos tais como “vida danificada”, desenvolvido na obra *Minima Moralia*, “semiformação”, desenvolvido em ensaio específico e “emancipação”, que atravessa toda a obra adorniana (Adorno, 1993; 1995; 2020). Por meio de tais conceitos, Adorno (1993; 1995; 2020) e Adorno e Horkheimer (1985) enfrentam o debate sobre emancipação e adaptação, uma vez que a formação, mesmo a que se desenvolve por instituição especificamente encarregada da educação formal, subordina-se à lógica do mercado e suprime a dimensão sensível e crítica, transformando os sujeitos em indivíduos semicultos e desumanizados.

A dialética adaptação/emancipação é, assim, um mal estrutural das sociedades capitalistas, onde o conhecimento é fetichizado e desprovido do potencial crítico e, por outro lado, acena para a educação e o ensino como prática emancipatória. Adorno (2020), embora não tenha desenvolvido uma proposta pedagógica sistemática, instaura em seu capítulo *Educação após Auschwitz* aquela que considera a principal função da educação: “Que Auschwitz não se repita”. (Adorno, 2020, p. 129). Ao insistir nessa função primordial da educação, o autor relaciona o conjunto das condições objetivas que geraram

o holocausto e que ainda continuam presentes, sendo necessário esclarecer as pessoas em relação à monstruosidade cometida.

Isso passa a ser a principal função da educação: oferecer diretrizes para uma formação contra a barbárie, através da formação da consciência da dominação. A formação crítica deve, assim, revelar aos sujeitos do processo educacional de que maneira o capitalismo atualiza seus sistemas de dominação, transforma sujeitos em objetos, anulando, assim, o cultivo da autonomia. Dessa maneira, a educação emancipatória deve privilegiar processos dialógicos em que os estudantes e professores possam refletir sobre sua inserção no mundo.

As concepções de Adorno (1993) sobre a vida danificada, em *Minima Moralia*, desenham um diagnóstico do capitalismo avançado. Os ensaios posteriores apontam para a direção que a educação deve priorizar à prevenção ou à superação da barbárie, através da desnaturalização da técnica e da formação emancipatória, em que o ensino/educação deve ser despertador de consciências e não mero reproduzidor de saberes.

A barbárie contra a qual, segundo Adorno (2020), a educação deve se mover é, quase sempre, justificada e imposta pela engrenagem do capitalismo tardio, que engloba a esfera empresarial e política, ambas empenhadas no esvaziamento da capacidade crítica dos indivíduos. Mas a emancipação que deve ser conquistada pela educação na luta contra a barbárie ganha fundamental importância.

Para Adorno (2020), opor-se a isso tudo que o mundo de hoje nos oferece é uma das competências da escola. Por isso é tão importante que ela cumpra sua missão; o que não é tarefa simples, uma vez que, na contramão da escola, a indústria cultural, com mais aparatos e mecanismos, dissemina a socialização da semiformação, causando uma regressão à formação emancipatória. Nas sociedades capitalistas, a produção e a reprodução cultural e educacional estão, quase sempre, no controle de instituições monopolizadoras, das grandes empresas e do próprio Estado, e isso traz graves consequências para o processo de formação cultural e educacional, dificultando aos sujeitos que reflitam sobre si mesmos e a sociedade em que vivem, levando-os, mais facilmente, a reproduzirem ideologias mantenedoras do *status quo*, ao invés de desenvolverem comportamentos e atitudes de reflexão e contestação ao que está posto.

Adorno (1993; 1995; 2020) e Adorno e Horkheimer (1985) promovem uma crítica profunda às estruturas do sistema de dominação em voga no capitalismo avançado, dissimuladas pela indústria cultural, mas ao mesmo tempo compreende seu caráter sistêmico, embora perceba haver sempre espaço na educação para um esforço emancipatório.

Por fim, alargando o olhar para o fenômeno presente no capitalismo tardio que Adorno (2020) identificou e nominou como semiformação de sujeitos danificados, Marx (2007), Hall (2006) e Bauman (2000) se reportaram a esse mesmo fenômeno e o identificam como alienação, descentramento e liquidez, respectivamente. Os sujeitos danificados e semiformados de Adorno são os alienados, descentrados e líquidos de Marx (2007), Hall (2006) e Bauman (2000).

São esses sujeitos que a sociedade entrega diariamente para o sistema educacional, que é composto também por educadores, colaboradores, pais etc., todos submetidos ao mesmo fenômeno referenciado pelos autores citados. Isso, mais uma vez, remete à complexidade vivida pela escola em deixar de ser uma instituição reprodutora das mazelas do sistema, para se tornar uma experiência emancipadora. Essa é a difícil, mas não impossível, função da educação para Adorno (2020).

#### **4.2 Fenômenos educacionais neoliberais: confrontos à luz da Teoria Crítica**

Contextualizando as reformas educacionais neoliberais, constatamos que o cenário educacional contemporâneo tem sido palco de transformações profundas orientadas por uma lógica empresarial que configura finalidades, processos e relações pedagógicas. Fenômenos como o movimento “Escola sem Partido”, a expansão do *homeschooling* e a progressiva eliminação de disciplinas teórico-críticas dos currículos escolares representam expressões concretas de uma orientação ideológica.

Este trabalho analisa essas manifestações à luz da Teoria Crítica com ênfase nas contribuições de Theodor Adorno (1993; 1995; 2020) e Adorno e Horkheimer (1985), cujas reflexões sobre a educação mantêm surpreendente atualidade no sentido de decifrar

os desafios educacionais do presente tempo. A relevância dessa abordagem reside na capacidade de desvelar as mediações sociais que conectam essas propostas aparentemente desconexas a um projeto mais amplo de sociedade, revelando suas implicações para a formação humana, a emancipação intelectual e a própria democracia.

Adorno e Horkheimer (1985) e Adorno (1993; 1995; 2005; 2020) junto com outros pensadores da escola de Frankfurt, desenvolveram uma crítica aguçada da modernidade que desvenda as contradições do processo civilizatório, demonstrando como a racionalidade técnica-instrumental tende a submeter todas as dimensões da vida à lógica da eficiência e do controle.

Na esfera da educação, esse processo se manifesta através do esvaziamento formativo que privilegia a adaptação do sujeito em detrimento de sua autonomia, utilidade prática em vez de pensamento reflexivo e compromisso social no lugar de emancipação intelectual.

A análise adorniana oferece, portanto, ferramentas conceituais preciosas para a compreensão de como as atuais reformas educacionais neoliberais não apenas transformam superficialmente as práticas educacionais e pedagógicas, mas redefinem radicalmente o próprio sentido da educação e sua função social. O autor frankfurtiano fundamenta sua análise educacional em entrelace com a sua crítica mais ampla à sociedade capitalista avançada em três conceitos já analisados: razão instrumental, semiformação e indústria cultural.

No campo da educação isso se manifesta como primazia do utilitarismo pedagógico, onde o conhecimento só tem valor se gerar aplicabilidade prática e vantagem competitiva imediata. Este tipo de racionalidade suplanta a formação cultural em sua dimensão humanística, privilegiando habilidades técnicas desconectadas de uma compreensão crítica da totalidade social.

Adorno (1995) aprofunda sua crítica ao compreender a semiformação como um processo deformado de formação, no qual os sujeitos adquirem conhecimentos fragmentados e superficiais, incapazes de promover uma genuína autonomia intelectual. A semiformação produz uma falsa consciência da realidade, que obstrui a compreensão das estruturas sociais de dominação.

### **4.3 Movimento “Escola sem partido” como instrumento de controle ideológico e a *homeschooling* como expressão do individualismo pedagógico**

O movimento “Escola Sem Partido” surge como um sintoma paradigmático das tendências antipolíticas e anticríticas no campo educacional. Sob o pretexto de combater suposta “doutrinação ideológica” nas escolas, este movimento propõe um projeto de lei que restringe severamente a liberdade pedagógica e o pluralismo de ideias. A análise a partir da Teoria Crítica revela que, por trás do discurso de “neutralidade”, esconde-se uma estratégia de controle que impede o exercício do pensamento crítico e a discussão das desigualdades e injustiças sociais.

De acordo com Barbosa e Silva (2019), o “Escola Sem Partido” opera através de um discurso operacional que simplifica e distorce conceitos complexos como “neutralidade”, “doutrinação” e “liberdade de aprender”, esvaziando-os de seu conteúdo substantivo. Esta linguagem operacional serve para ocultar as reais intenções do movimento: silenciar vozes críticas e impedir que a educação cumpra seu papel na formação de sujeitos autônomos capazes de questionar a ordem social estabelecida. Ao invés de promover genuína neutralidade, o movimento institui uma hegemonia conservadora que naturaliza visões particulares de mundo como se fossem universais e neutras.

Carriconde e Faleiros (2024) argumentam que o “Escola Sem Partido” representa uma forma de barbárie contemporânea no sentido adorniano, pois busca eliminar da educação exatamente aqueles elementos que poderiam impedir a repetição da violência e da opressão. Para Adorno (2020), a educação deveria estar orientada para evitar a repetição de atrocidades como o Holocausto, promovendo a autonomia moral e a capacidade de questionamento crítico. O “Escola Sem Partido”, ao contrário, favorece a adaptação acrítica e a obediência às normas estabelecidas, condições que historicamente têm facilitado a ascensão de regimes autoritários.

A educação domiciliar (*homeschooling*) tem ganhado força no contexto brasileiro como proposta alternativa ao ensino institucionalizado. Analisada a partir da perspectiva benjaminiana – que dialoga profundamente com a Teoria Crítica –, esta prática revela-se como epifenômeno de um processo mais amplo de interiorização da vida social e retraimento para a esfera privada. Ventura (2020) argumenta que o *homeschooling* está ligado à perda da comunicabilidade e à pobreza de experiência que caracterizam a modernidade, especialmente em seu estágio neoliberal atual. Sob o argumento de proteger crianças de supostas “doutrinações” ou oferecer educação “sob medida”, o *homeschooling* efetivamente privatiza uma conquista histórica das revoluções.

Outro aspecto que chama a atenção no tocante à contraofensiva neoliberal em relação aos aspectos educacionais é o que se dá a nível curricular, isto é, a escolha do que o sistema deve ensinar. Este quesito fala diretamente à questão do cidadão que o sistema quer formar. O esvaziamento curricular e a consequente eliminação de disciplinas teórico-críticas resultam na ascensão da semiformação.

A transformação dos currículos escolares através da eliminação ou redução de disciplinas teóricas e críticas representa outra face da reorientação neoliberal da educação. Silva (2008) analisa que as reformas educacionais implementadas a partir dos anos 1990, sob influência de organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, promovem um esvaziamento conceitual dos currículos, substituindo conteúdos substantivos por competências técnicas voltadas para o mercado. No Brasil, este processo cristalizou-se nas últimas duas décadas através da predominância da razão instrumental, da adaptação e do conformismo com a realidade econômica e social vigente.

As disciplinas de caráter crítico como filosofia, sociologia, história crítica e artes são particularmente visadas por reformas neoliberais porque carregam em si o potencial desestabilizador da ordem estabelecida. Ao facilitar a compreensão das estruturas de poder e dominação, estas áreas do conhecimento incentivam o questionamento do *status quo*, tornando-se obstáculos para a implementação de uma educação puramente técnica e adaptativa. Sua gradual eliminação dos currículos ou transformação em conteúdos superficiais é sintomática do projeto mais amplo de esvaziamento da capacidade crítica das novas gerações.

Para Adorno (2005), este processo corresponde à semiformação, uma formação pela metade que oferece conhecimentos fragmentados e desconectados de sua totalidade social e histórica. A semiformação produz indivíduos que dominam técnicas específicas, mas são incapazes de pensar criticamente a realidade ou imaginar alternativas à ordem social existente. Como afirmam Barbosa e Silva (2019), projetos como o “Escola Sem Partido” consentiram com práticas de violência, intolerância e preconceito, porque produzem semiformação. Ao impedir a compreensão dos processos reais de dominação, tais movimentos criam as condições para a reprodução acrítica da barbárie.

#### **4.4 Consequências estruturais e possibilidades de resistência**

A conjugação destes fenômenos – “Escola Sem Partido”, *homeschooling* e esvaziamento curricular – produz impactos estruturais profundos na educação e na sociedade como um todo. Gentili (1996) alerta que a exclusão produzida pelo capitalismo e pelas relações de poder interfere diretamente na educação, fazendo com que este direito constitucional continue sendo negado à grande maioria da população. Esta segregação educacional aprofunda o abismo entre as classes sociais e consolida um modelo de sociedade profundamente desigual e injusto.

Do ponto de vista político, a erosão da educação crítica representa um perigo para a democracia, pois uma cidadania ativa exige capacidade de análise crítica da realidade social. Adorno (2020) insiste que a educação deve formar indivíduos autônomos, capazes de resistir à propaganda e aos apelos autoritários. A erosão do espaço público educacional – seja através do controle ideológico, da retração para o espaço doméstico ou do empobrecimento curricular – fragiliza profundamente essas capacidades democráticas fundamentais.

Perante este cenário, a Teoria Crítica oferece não apenas instrumentos de análise, mas também orientações para a resistência: I) Prática da Criticalidade: Adorno (2020) defende que a educação deve promover uma autorreflexão crítica contínua que desvele as relações de poder que permeiam a prática escolar. Isto exige que professores e estudantes

desenvolvam consciência dos mecanismos de dominação e semiformação presentes no cotidiano educativo. II) Reconstrução da Experiência: Na esteira de Benjamin (1987), é necessário reconstruir a experiência compartilhada que foi perdida na modernidade. Isto implica reforçar o espaço escolar como âmbito de encontro com a diferença e de confronto de perspectivas diversas. III) Revalorização do Conteúdo Substantivo: Contra a semiformação, é essencial defender um currículo rico em conteúdo substantivo que permita aos estudantes compreenderem a totalidade social e histórica em que estão inseridos. Isto inclui a preservação das disciplinas críticas e teóricas ameaçadas pelas reformas neoliberais. IV) Solidariedade Docente: Os professores devem constituir coletivos de resistência que defendam a função emancipadora da educação crítica.

Como demonstram as análises do “Escola Sem Partido”, o confronto direto é um objetivo central dos projetos neoliberais na educação. Esta retração ao espaço doméstico representa não apenas um retrocesso social, mas também uma negação do caráter coletivo inerente ao processo educativo. Como lembra Adorno (2020), a educação só pode cumprir seu papel emancipatório no espaço público, onde ocorre o confronto com a alteridade e com visões de mundo diferentes daquelas do núcleo familiar.

Do ponto de vista econômico, o *homeschooling* alinha-se perfeitamente com a agenda neoliberal de desresponsabilização estatal e mercantilização de direitos sociais. Barbosa e Silva (2019) demonstram que a educação domiciliar frequentemente serve como cavalo de troia para avançar propostas de *voucher* educativo e outros mecanismos de privatização. Esta dinâmica aprofunda as desigualdades educacionais, pois apenas famílias com recursos materiais e culturais suficientes poderiam optar com sucesso por esta modalidade, abandonando a escola pública à sorte de um subfinanciamento crônico e à estigmatização social.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, *Minima Moralia* oferece um diagnóstico contundente e profundo da condição fragmentada e coisificada da subjetividade na modernidade capitalista avançada. Adorno (1993) revela que a racionalidade instrumental, característica central do sistema capitalista, invade a interioridade do sujeito, corroendo sua autonomia e capacidade crítica. Como afirmam Adorno e Horkheimer (1985, p. 124), “o indivíduo é reduzido a função de adaptação”, demonstrando a transformação do sujeito em mero executor das exigências sociais e econômicas, privado de sua singularidade e autenticidade.

A indústria cultural, por sua vez, atua como um agente que reforça essa dominação, padronizando gostos, afetos e pensamentos, e, assim, “deforma o pensamento pela pressão da comunicação” (Adorno, 1993, p. 107), impedindo o desenvolvimento de uma reflexão autônoma e crítica. Essa homogeneização cultural gera uma existência repetitiva e danificada, uma “vida danificada” (*beschädigtes Leben*), marcada por sofrimento e alienação silenciosa (Adorno, 2009, p. 232).

Porém, *Minima Moralia* (Adorno, 1993) não se limita à denúncia das condições opressoras; o texto aponta para a urgência de um pensamento negativo capaz de romper com a naturalização da alienação e da dominação. Adorno (2009, p. 23) enfatiza que “a negatividade é o motor da crítica”, uma força que rejeita a conformidade e busca manter viva a exigência por uma vida que ainda não foi plenamente vivida.

Dessa forma, a obra permanece uma referência imprescindível para a compreensão dos desafios enfrentados pela subjetividade contemporânea, ao evidenciar a complexa relação entre estruturas sociais, cultura e a interioridade do sujeito. Ela também ressalta a importância da resistência crítica e da reflexão autônoma como caminhos para restaurar a autenticidade, a dignidade e a integralidade da vida humana em meio às condições desumanizadoras do capitalismo avançado.

Este trabalho analisa a obra *Minima Moralia*, de Theodor Adorno (1993), escrita entre os anos de 1944 e 1949, a partir dos Estados Unidos da América, onde o autor se encontrava em exílio, dada a realidade vivida pelo mundo à época e, especialmente, a

situação política dramática que assolava a Alemanha, seu país natal. Foca-se na crise da subjetividade no capitalismo tardio e suas implicações para o ensino, a partir de elementos e imagens refletidos em alguns aforismos que compõem a obra.

Investiga três questões principais: a) como elementos e imagens presentes em *Minima Moralia* evidenciam a crise da autonomia do sujeito; b) de que maneira a racionalidade técnica afeta a vida cotidiana e impede a construção de posições livres; e c) como os sistemas de ensino refletem e reproduzem a crise subjetiva produzida pelo capitalismo avançado.

Objetivou-se, em primeiro plano, elucidar os sentidos dos aforismos que tratam da experiência subjetiva na obra de Adorno (1993), analisando como o autor articula os efeitos da crise de subjetividade nos processos de ensino formal. Em segundo plano, delinear os principais trechos que destacam e põem em questão a crise da autonomia do sujeito no capitalismo avançado, demonstrando, a partir dos aforismos, de que maneira a vida cotidiana é afetada pela racionalidade técnica, instaurando nos indivíduos uma incapacidade generalizada de construir e assumir posições livres e autônomas.

Adorno (1993), em *Minima Moralia*, através dos aforismos contidos, aprofunda o já constatado pelo legado da Escola de Frankfurt, que se fundamenta na crítica – não em forma de lamento, mas, de maneira acerba e decidida, em forma de constatação e denúncia – de que a proposta iluminista de uma vida próspera, assentada nos recursos e valores da ciência e da técnica, não se realizou no capitalismo avançado. Apesar dos avanços e resultados sociais, estes se encontram alocados sob o domínio do trabalho alienado, no bojo do progresso científico e dos avanços tecnológicos, cuja consequência tem sido a barbárie, cada vez mais amplamente produzida e ordenadamente disseminada.

O capitalismo tardio, em sua fase avançada, instrumentalizou a razão e a natureza, submetendo-as, assim como os sujeitos, à lógica mercadológica, transformando-os em mercadorias e esvaziando o sentido da existência. De forma complexa, a indústria cultural transformou produtos culturais em mercadorias padronizadas e generalizadas, uniformizando coisas e pessoas, promovendo o processo de reificação de ambos.

A obra de Adorno (1993; 1995; 2005; 2020) evidencia o anacronismo da abordagem subjetiva, que, mesmo quando busca distanciar-se do objetivismo científico,

enfrenta a barreira quase intransponível de transformar a experiência subjetiva em conhecimento válido. O sujeito, desprovido de recursos críticos e conscientes, é levado a um estado de semiformação que impede o aprendizado autêntico e favorece o empobrecimento cultural. Nesse contexto, a indústria cultural molda e controla não apenas bens, mas também desejos, afetos, gostos e comportamentos.

Adorno (1993) oferece, assim, uma crítica profunda à alienação e à superficialidade da vida moderna, utilizando o aforismo como forma de expressão para destacar a fragmentação da experiência subjetiva, assentada na semiformação, que adapta os indivíduos ao capitalismo tardio, resultando na perda da experiência cultural autêntica e na alienação do sujeito moderno.

Diante da condição de uma vida danificada, marcada pela perda da experiência autêntica, pela linguagem degradada e pelo medo da espontaneidade, não há soluções fáceis ou prontas. A realidade criada pelo sistema impõe-se mais fortemente que qualquer esforço individual, mas há sempre espaço para a resistência. Esta começa com a compreensão do funcionamento da engrenagem que desumaniza e oprime, engajando-se na luta contra a semiformação e na busca pela ressignificação da vida.

Mesmo diante da uniformidade de condições impostas pelo sistema, é possível resistir e buscar saídas que evitem a repetição de tragédias históricas, como Auschwitz – tarefa na qual Adorno (2020) deposita na educação grande importância. Tal questão torna-se ainda mais grave ao observarmos, atualmente, a disseminação do medo, do preconceito e do extremismo, potencializados por uma indústria cultural agora apoiada nas tecnologias de informação, algoritmos e recursos das *big techs*. Essa nova configuração multiplica a produção da semiformação e eleva o risco de disseminação da barbárie.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. **Dialética negativa**. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ADORNO, Theodor W. **Minima Moralia: reflexões a partir da vida danificada**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1993.
- ADORNO, Theodor W. **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- ADORNO, Theodor W. Teoria da semicultura. **Primeira Versão**, Porto Velho: Editora da Universidade Federal de Rondônia, v. XIII, ano IV, n. 191, maio/ago. 2005. Disponível em: [https://primeiraversao.unir.br/artigos\\_pdf/191\\_.pdf](https://primeiraversao.unir.br/artigos_pdf/191_.pdf). Acesso em: 17 abr. 2025.
- AFRANSKI, Rüdiger. **Adorno: a paixão pela negatividade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **As impurezas do branco**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BARBOSA, Renata Peres; SILVA, Monica Ribeiro. “Escola sem Partido”: uma análise a partir da Teoria Crítica da Sociedade. **Interfaces da Educação**, n. 10, v. 29, p. 204-225, 2019. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/interfaces/article/view/3871>. Acesso em: 7 jul. 2025.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- CARPINEJAR, Mariana Trindade. **Guardanapário: uma estudos sobre os aforismos em suporte guardanapo de Fabrício Carpinejar**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2023.
- CARPINEJAR, Fabrício. Processo criativo dos guardanapos. [Facebook]. 20 mar. 2023.

CARRICONDE, Lucas Batista; FALEIROS, Thaysa Haber. Adorno, escola sem partido e os problemas da educação no Brasil. **Observatório de la economia**

**Latinoamericana**, v. 22, n. 2, 2024. Disponível em:

<https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/3337>.

Acesso em: 8 set. 2025.

CEPPAS, Felipe. **Formação filosófica e crítica**: Adorno e o ensino de filosofia em nível introdutório. 2003. Tese (Doutorado). Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2003.

CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. (Coleção Primeiros Passos). São Paulo: Brasiliense, 1997

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DUARTE, Rodrigo. **Adornos**: nove ensaios sobre o filósofo frankfurtiano. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 1997.

DUARTE, Rodrigo. **Teoria crítica da indústria cultural**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

ESTEVEZ, Lucas Fiaschetti. Cem anos da Escola de Frankfurt: uma conversa com Martin Jay. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 35, n. 3, p. 191-214, 2023.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ts/a/D9GJhNtJdF63WTqJHZppXhP/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 22 out. 2024.

FIANCO, Francisco. Adorno: Ideologia, cultura de massa e crise da subjetividade.

**Revista Estudos Filosóficos UFSJ**, n. 4, 2017. Disponível em:

<https://www.seer.ufsj.edu.br/estudosfilosoficos/article/view/2356>. Acesso em: 4 jul. 2025.

FLECK, Amaro. Afinal de contas, o que é teoria crítica? **Princípios**: Revista de Filosofia, Natal, v. 24, n. 44, maio-ago., 2017. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/12083>. Acesso em: 12 jan. 2025.

FLECK, Amaro de Oliveira. Sobre os conceitos de justiça e liberdade nas obras de Sen e Fraser. **Revista Dissertatio**, Universidade Federal de Santa Catarina, v. 37, p. 117-138, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/dissertatio/article/view/8646>. Acesso em: 12 jan. 2025.

GEARY, James. **O mundo em uma frase: uma breve história do aforismo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (org.). **Escola S. A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo**. Brasília: CNTE, 1996.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. v. 1.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria de la acción comunicativa: crítica de la razón funcionalista (Tomo II)**. Madrid: Taurus, 1981.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Lições sobre a filosofia da história**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio, v. 1: a ciência da lógica**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 1995.

HORKHEIMER, Max. **Eclipse da razão**. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976.

HORKHEIMER, Max. **Teoria Crítica I**. São Paulo: Perspectiva, 1990.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo, ou a lógica cultural do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 1996.

JAY, Martin. **As ideias de Adorno**. São Paulo: Cultrix, 1988.

JAY, Martin. **A imaginação dialética**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1985.

LEE, Caio Marin. **Aforismo e crítica na Minima Moralia de Theodor Adorno**. 2019. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-22012021-193923/>. Acesso em: 4 jul. 2025.

- MAAR, Wolfgang Leo. Adorno, semiformação e educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 24, n. 83, p. 459-476, ago. 2003.  
<https://www.scielo.br/j/es/a/zwmw6CFVH4zMQ9RW8zvGvMf>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- LUGONES, Maria. Colonialidad y gênero. **Tábula Rasa**, Bogotá, Colômbia, n. 9, p. 73-101, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARCUSE, Herbert. **Eros e civilização: uma investigação filosófica sobre Freud**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**. São Paulo: Edipro, 2015.
- MARX, Karl. **Contribuições à crítica da economia política**. São Paulo: Ed. Popular, 2008.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton. Reflexões sobre a educação danificada. In: ZUIN, Antônio Álvaro Soares; PUCCI, Bruno; RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton. (org.) **A educação danificada: contribuições à teoria crítica da educação**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- PARESCI, Claudinei Zagui; SILVA, Luzia Batista de Oliveira. A indústria cultural e a semiformação do sujeito. **Revista Herramienta**, 2014. Disponível em: <https://www.herramienta.com.ar/a-industria-cultural-e-a-semiforma-o-do-sujeito>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- PUCCI, Bruno. Teoria crítica e educação. In: PUCCI, Bruno. (org.) **Teoria crítica e educação: a questão da formação cultural na Escola de Frankfurt**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- QUIJANO, Aníbal. O labirinto da América Latina: existem outras saídas: In: MARTINS, Carlos E.; SÁ, Fernando; BRUKMANN, Mônica (org.). **Globalização: dimensões e alternativas**. Rio de Janeiro: Loyola, 2004.
- RIDENTI, Marcelo. Intelectuais e modernidade: Marshall Berman e seu público brasileiro. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 3, jan./jul. 2012. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1691>. Acesso em: 4 jul. 2025.

ROCHA, Cleidson de Jesus; BATISTA, Adamor Cordeiro; OLIVEIRA, Grassinete Carioca de Albuquerque. Horizonte dialético da teoria crítica: da sua gênese às diferentes vozes que amplificam sua potência rumo a uma ciência decolonial. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, v. 23, n. 1, p. 39-57, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/31191>. Acesso em: 6 out. 2025.

ROCHA, Cleidson de Jesus. Educação e emancipação na teoria crítica da sociedade de Theodor W. Adorno. **Griot: Revista de Filosofia**, Amargosa – BA, v. 19, n. 2, p. 194-217, jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrb.edu.br/index.php/griot/article/view/1180>. Acesso em: 5 set. 2025.

ROCHA, Cleidson de Jesus. **Educação, dialética e horizonte crítico em Theodor Adorno: a pedra que caiu no rio**. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2020.

ROCHA, Cleidson de Jesus. SOUZA, Francisco Inafran Marques de. A filosofia que se faz no Acre: temáticas preferenciais da pesquisa filosófica na Universidade Federal do Acre. **Revista Cocar**, v. 20, n. 38, p. 1-21, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/8051>. Acesso em: 8 out. 2025.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENDES, José Manoel. **Demodiversidade: imaginar novas possibilidades democráticas**. São Paulo: Autêntica, 2018.

SILVA, Hugo Leonardo Fonseca. Reformas educacionais neoliberais no Brasil e a negação da cidadania dos trabalhadores docentes. **Inter-Ação: Revista da Faculdade de Educação da UFG**, v. 33, n. 1, p. 193-217, jan./jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/4257>. Acesso em: 4 out. 2025.

VENTURA, Lidnei. Homeschooling ou a educação sitiada no intèrieur: notas a partir de Walter Benjamin. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, n. 2, p. 491–507, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14815>. Acesso em: 1 out. 2025.

VIVEIROS, Eduardo de Castro. O nativo relativo. **MANA**, v. 8, n. 1, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/ZcqxxhZk9936mxW5GRrhq/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 7 jul. 2025.

VIVEIROS, Eduardo de Castro. “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”. **MANA**, v. 18, n. 1, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/GNFYDzH8dn9XWW4Sf9VjSpH/?lang=pt>. Acesso em: 7 jul. 2025.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I. Quito: Ed. Abya Yala, 2013.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZUIN, Alvaro Antônio Soares *et al.* **A educação danificada: contribuições à teoria crítica da Educação.** Petrópolis: Vozes, 1997.